



Simulado Especial

ISS Florianópolis

Auditor Fiscal de Tributos Municipais
Especialidade: Auditoria e Fiscalização

Pós-Edital

Simulado

Simulado ISS Florianópolis (Auditor Fiscal de Tributos Municipais - Auditoria e Fiscalização)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal de Tributos Municipais - Auditoria e Fiscalização do ISS Florianópolis**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ym7LpAN6uQZZhma58>

01 - ABCDE	26 - ABCDE	51 - ABCDE	76 - ABCDE	101 - ABCDE	126 - ABCDE	151 - ABCDE	176 - ABCDE
02 - ABCDE	27 - ABCDE	52 - ABCDE	77 - ABCDE	102 - ABCDE	127 - ABCDE	152 - ABCDE	177 - ABCDE
03 - ABCDE	28 - ABCDE	53 - ABCDE	78 - ABCDE	103 - ABCDE	128 - ABCDE	153 - ABCDE	178 - ABCDE
04 - ABCDE	29 - ABCDE	54 - ABCDE	79 - ABCDE	104 - ABCDE	129 - ABCDE	154 - ABCDE	179 - ABCDE
05 - ABCDE	30 - ABCDE	55 - ABCDE	80 - ABCDE	105 - ABCDE	130 - ABCDE	155 - ABCDE	180 - ABCDE
06 - ABCDE	31 - ABCDE	56 - ABCDE	81 - ABCDE	106 - ABCDE	131 - ABCDE	156 - ABCDE	181 - ABCDE
07 - ABCDE	32 - ABCDE	57 - ABCDE	82 - ABCDE	107 - ABCDE	132 - ABCDE	157 - ABCDE	182 - ABCDE
08 - ABCDE	33 - ABCDE	58 - ABCDE	83 - ABCDE	108 - ABCDE	133 - ABCDE	158 - ABCDE	183 - ABCDE
09 - ABCDE	34 - ABCDE	59 - ABCDE	84 - ABCDE	109 - ABCDE	134 - ABCDE	159 - ABCDE	184 - ABCDE
10 - ABCDE	35 - ABCDE	60 - ABCDE	85 - ABCDE	110 - ABCDE	135 - ABCDE	160 - ABCDE	185 - ABCDE
11 - ABCDE	36 - ABCDE	61 - ABCDE	86 - ABCDE	111 - ABCDE	136 - ABCDE	161 - ABCDE	186 - ABCDE
12 - ABCDE	37 - ABCDE	62 - ABCDE	87 - ABCDE	112 - ABCDE	137 - ABCDE	162 - ABCDE	187 - ABCDE
13 - ABCDE	38 - ABCDE	63 - ABCDE	88 - ABCDE	113 - ABCDE	138 - ABCDE	163 - ABCDE	188 - ABCDE
14 - ABCDE	39 - ABCDE	64 - ABCDE	89 - ABCDE	114 - ABCDE	139 - ABCDE	164 - ABCDE	189 - ABCDE
15 - ABCDE	40 - ABCDE	65 - ABCDE	90 - ABCDE	115 - ABCDE	140 - ABCDE	165 - ABCDE	190 - ABCDE
16 - ABCDE	41 - ABCDE	66 - ABCDE	91 - ABCDE	116 - ABCDE	141 - ABCDE	166 - ABCDE	191 - ABCDE
17 - ABCDE	42 - ABCDE	67 - ABCDE	92 - ABCDE	117 - ABCDE	142 - ABCDE	167 - ABCDE	192 - ABCDE
18 - ABCDE	43 - ABCDE	68 - ABCDE	93 - ABCDE	118 - ABCDE	143 - ABCDE	168 - ABCDE	193 - ABCDE
19 - ABCDE	44 - ABCDE	69 - ABCDE	94 - ABCDE	119 - ABCDE	144 - ABCDE	169 - ABCDE	194 - ABCDE
20 - ABCDE	45 - ABCDE	70 - ABCDE	95 - ABCDE	120 - ABCDE	145 - ABCDE	170 - ABCDE	195 - ABCDE
21 - ABCDE	46 - ABCDE	71 - ABCDE	96 - ABCDE	121 - ABCDE	146 - ABCDE	171 - ABCDE	196 - ABCDE
22 - ABCDE	47 - ABCDE	72 - ABCDE	97 - ABCDE	122 - ABCDE	147 - ABCDE	172 - ABCDE	197 - ABCDE
23 - ABCDE	48 - ABCDE	73 - ABCDE	98 - ABCDE	123 - ABCDE	148 - ABCDE	173 - ABCDE	198 - ABCDE
24 - ABCDE	49 - ABCDE	74 - ABCDE	99 - ABCDE	124 - ABCDE	149 - ABCDE	174 - ABCDE	199 - ABCDE
25 - ABCDE	50 - ABCDE	75 - ABCDE	100 - ABCDE	125 - ABCDE	150 - ABCDE	175 - ABCDE	200 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/6YWu>

BLOCO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO 01**

Assédio contra assistentes virtuais revela ação do machismo estrutural da sociedade

Assistentes virtuais têm sido cada vez mais populares. Talvez você conheça a Siri, da Apple, a Alexa, da Amazon ou o Google Assistente. A Inteligência Artificial também é usada para facilitar a comunicação com o cliente, seja por aplicativos de mensagens instantâneas ou personas, que representam a empresa, como a Lu, do Magazine Luiza, ou a Bia, do Bradesco. O propósito dessa tecnologia é que a burocracia de atendimento seja otimizada, contudo, majoritariamente, assistentes virtuais são representados pela figura feminina, o que levanta uma questão problemática: o machismo.

A associação da mulher às funções assistenciais reflete a posição de subserviência imposta a elas pelo machismo estrutural da sociedade. O fato de um *chatbot* ser imageticamente feminino leva a que esse seja submetido à misoginia, assim como as mulheres reais. O setor de tecnologia é majoritariamente masculino e isso impacta diretamente em como assistentes virtuais são desenvolvidos e também em como se posicionam contra a violência de gênero. O banco Bradesco chegou a se posicionar contra o assédio recebido por sua assistente, inclusive com campanhas publicitárias, comunicando os clientes que a Bia não tolera mais esse tipo de ataque.

“As assistentes são mulheres de uma certa idade, com uma certa carinha, geralmente são brancas, não têm mais de 30 e poucos anos e são magras. As assistentes têm a carinha que é a mais aceita pelo público e a ideia de quem faz um *bot* é servir o público com a menor fricção possível”, argumenta Livy Real, doutora em Linguística pela Universidade Federal do Paraná, especialista no desenvolvimento de *chatbots* e integrante do grupo Brasileiras em Processamento de Linguagem Natural. “Quando se pensa que o mundo da tecnologia é majoritariamente masculino, com um público masculino, branco, heterossexual e, muitas vezes, de uma classe econômica com um certo poder econômico, essas questões estruturais para a sociedade não são tão relevantes para essas pessoas que estão construindo o

chatbot. Eu não diria que o problema é só quem faz, mas também para quem faz”, complementa.

(Fonte: Kaynã de Oliveira. Disponível em: jornal.usp.br. Adaptado)

01. Analise as sentenças a seguir:

- I. a popularidade de assistentes virtuais tem contribuído para a eficiência no atendimento ao cliente.
- II. a Siri e a Alexa ilustram a busca por humanização em meio ao avanço da automação no atendimento.
- III. a imagem feminina em assistentes virtuais refletem o machismo estrutural enraizado na sociedade.
- IV. a ausência de mulheres no setor de tecnologia mitiga impactos no desenvolvimento de *chatbots*.
- V. instituições financeiras, como o Bradesco, devem reconsiderar o modelo de *chatbot* feminino.

Assinale a alternativa que indica a(s) afirmação(ões) correta(s).

- a) II e V, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) III apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, III e V, apenas.

02. De acordo com o texto, a imagem padronizada das assistentes virtuais

- a) atua na promoção da diversidade e da inclusão em empresas de tecnologia.
- b) cultiva o lado humano em canais de atendimento robotizados.
- c) reforça estereótipos do gênero feminino associados à posição de subserviência.
- d) não sofre influência de padrões estéticos ou sociais, sendo definida por critérios técnicos.
- e) busca incentivar o protagonismo feminino no ambiente virtual.

03. No trecho do 3º parágrafo “Eu não diria que o problema é só quem faz, **mas também** para quem faz...” a expressão destacada indica

- a) soma, podendo ser substituída por “por conseguinte”.
- b) explicação, podendo ser substituída por “porquanto”.
- c) concessão, podendo ser substituída por “ainda que”.
- d) contraste, podendo ser substituída por “entretanto”.
- e) adição, podendo ser substituída por “como também”.

04. Na reescrita do trecho “O fato de um *chatbot* ser imageticamente feminino leva a que esse seja submetido à misoginia, assim como as mulheres reais.” (2º parágrafo), a preposição destacada será substituída por “em” se o verbo “levar” for substituído por:

- a) acarretar.
- b) implicar.
- c) resultar.
- d) ocasionar.
- e) gerar.

05. No trecho – *Talvez você conheça a Siri, da Apple...* (1º parágrafo) –, a forma verbal **conheça**, no contexto em que foi empregada, está no mesmo modo e tempo que a destacada em:

- a) Seria surpreendente se **acontecesse** de novo. (**pretérito imperfeito do subjuntivo**)
- b) Não creio que eles **indiquem** soluções viáveis. (**presente do subjuntivo**)
- c) Quando o show **acabar**, voltaremos para casa. (**futuro do subjuntivo**)
- d) **Faça** um favor para si mesmo e descance um pouco. (**imperativo**)
- e) Todos **pensavam** que seria mais fácil. (**pretérito imperfeito do indicativo**)

06. Há oração em voz passiva em:

- a) ... o que levanta uma questão problemática: o machismo (1º parágrafo)
- b) A associação da mulher às funções assistenciais reflete a posição de subserviência imposta (2º parágrafo)
- c) ... a ideia de quem faz um bot é servir o público com a menor fricção possível (3º parágrafo)
- d) “Quando se pensa que o mundo da tecnologia é majoritariamente masculino... (3º parágrafo)
- e) Eu não diria que o problema é só quem faz, mas também para quem faz... (3º parágrafo)

07. Assinale a alternativa em que, na frase formulada a partir do texto, a pontuação está em conformidade com a norma-padrão e o termo em destaque está empregado em sentido figurado.

- a) Chatbots femininos, na prática, vestem a **pele** da misoginia enfrentada por mulheres reais.
- b) O setor de tecnologia, apesar dos avanços continua sendo **dominado** por homens.
- c) Em campanhas de publicidade o banco Bradesco denunciou o **assédio** que Bia enfrentou.
- d) O design das assistentes virtuais segue padrões estéticos que **agradam**, ao público.
- e) O ambiente tecnológico, na visão de alguns continua isolado em seus **privilégios**.

08. A palavra “que” está empregada como pronome relativo, imprimindo sentido de restrição ao enunciado, em:

- a) seja por aplicativos de mensagens instantâneas ou personas, que representam a empresa (1º parágrafo)
- b) O propósito dessa tecnologia é que a burocracia de atendimento seja otimizada (1º parágrafo)
- c) comunicando os clientes que a Bia não tolera mais esse tipo de ataque (2º parágrafo)
- d) As assistentes têm a carinha que é a mais aceita pelo público (3º parágrafo)
- e) “Quando se pensa que o mundo da tecnologia é majoritariamente masculino (3º parágrafo)

09. Assinale a alternativa em que as palavras extraídas do texto recebem acento em atendimento à mesma regra de acentuação gráfica, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) gênero, público, possível
- b) Inteligência, econômica, problemática
- c) propósito, subserviência, Linguística
- d) é, também, você
- e) instantâneas, violência, assédio

10. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância verbal.

- a) A escolha por assistentes virtuais jovens, magras, brancas e sem marcas de envelhecimento revela uma tentativa de agradar ao público dominante.
- b) A predominância de assistentes virtuais com vozes e nomes femininos, como Siri, Alexa e Bia, refletem a associação histórica entre mulheres e funções de serviço.
- c) A automatização de tarefas assistenciais por figuras femininas contribuem para a naturalização da ideia de que mulheres devem servir.
- d) A imagem das assistentes virtuais, segundo a linguista Livy Real, são moldadas para minimizar 'fricção' com um público majoritariamente masculino.
- e) Apesar de a inteligência artificial ser vista como neutra, a decisão de atribuir gênero e personalidade a assistentes virtuais provam que a tecnologia reproduz vieses sociais.

TEXTO 02

Misoginia

A palavra misoginia tem origem grega e significa ódio à mulher. É o contrário da misandria, que é o ódio ao homem. A misoginia envolve uma forte repulsa e aversão às mulheres. Para alguns estudiosos do assunto, a misoginia só se aplica ____ repulsa às mulheres que não correspondem ____ um certo “ideal”, como ser uma boa esposa. Normalmente, a misoginia indica uma dificuldade de elaboração dos sentimentos ambíguos de amor e ódio em relação ____ figuras parentais ou insegurança em relação ____ própria masculinidade.

(Fonte: Cartilha de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação – 2024. Fonte: cnj.jus.br. Adaptado)

11. O texto tem como objetivo

- a) enfatizar a necessidade imediata de conscientizar sobre como a misoginia afeta a saúde mental das mulheres.
- b) explorar a misoginia como uma forma de preconceito praticada por homens em certos contextos sociais.
- c) estabelecer uma comparação entre as definições de misoginia e de misandria como práticas assemelhadas.
- d) criticar o comportamento misógino predominante na sociedade contemporânea, especialmente em ambientes virtuais.
- e) explicar o significado da palavra “misoginia”, apresentando sua raiz etimológica e nuances psicológicas.

12. Com base na diferenciação que o autor faz entre misoginia e misandria, é correto concluir que

- a) ambos os comportamentos estão diretamente ligados a dificuldade em lidar com figuras parentais.
- b) tanto a misoginia quanto a misandria são retratadas como formas de ódio socialmente reprováveis.
- c) a misoginia, com sua origem grega, é um fenômeno histórico que precede a misandria.
- d) a menção à misandria acaba por relativizar a misoginia enquanto uma questão social legítima.
- e) a misoginia deriva de possíveis questões emocionais, e a misandria seria seu análogo masculino.

13. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

- a) a ... a ... às ... a
- b) a ... à ... à ... a
- c) à ... a ... às ... à
- d) a ... à ... às ... à
- e) à ... a ... à ... a

14. Assinale a alternativa em que a expressão pode ser corretamente substituída pelo termo entre parênteses.

- a) tem origem (tem-a).
- b) significa ódio à mulher (significa-lhe).
- c) envolve uma forte repulsa e aversão às mulheres (envolve-nas).
- d) ser uma boa esposa (lhe ser).
- e) indica uma dificuldade de elaboração dos sentimentos ambíguos de amor e ódio (indica-a).

15. Considere as passagens do texto:

- É o contrário da misandria, **que** é o ódio ao homem.
- ... repulsa às mulheres **que** não correspondem...

Os vocábulos destacados podem ser, correta e respectivamente, substituídos por:

- a) na qual ... a qual
- b) as quais ... as quais
- c) a qual ... as quais
- d) a qual ... das quais
- e) as quais ... das quais

16. Na passagem – *É o contrário da misandria* –, a expressão em destaque complementa o termo precedente.

Essa situação também ocorre no exemplo destacado em:

- a) A população em situação de rua necessita **de atenção** dos governantes.
- b) A obra de arte era conhecida **de todos** ali.
- c) O show **do cantor norte-americano** começou muito tarde.
- d) Terminei a leitura **do livro** que você me emprestou.
- e) Todos ficaram encantados com aquele castelo **de pedra**.

17. Assinale a alternativa em que a pontuação da frase formulada a partir do texto está de acordo com a norma-padrão.

- a) A misoginia, termo de origem grega, significa, literalmente, “ódio às mulheres” e representa uma aversão profunda ao feminino.
- b) A misandria, em oposição à misoginia existe e corresponde ao ódio dirigido especificamente aos homens.
- c) Alguns estudos defendem que, a misoginia, se manifesta principalmente contra mulheres que não se encaixam em determinados padrões.
- d) A insegurança masculina sobre a própria virilidade, aparece como um dos possíveis fatores geradores do comportamento misógino.
- e) Diferentemente do preconceito generalizado a misoginia caracteriza-se por uma hostilidade específica ao gênero feminino.

18. O termo destacado no trecho “a misoginia indica uma dificuldade de elaboração dos sentimentos **ambíguos** de amor e ódio” apresenta, respectivamente, sua classificação gramatical e substituição igualmente correta em:

- a) substantivo; conflitantes.
- b) pronome; quaisquer.
- c) advérbio; opostos.
- d) verbo; misturados.
- e) adjetivo; dúbios.

19. Assinale a alternativa em que a forma verbal destacada está de acordo com a norma-padrão.

- a) Se ela **vir** no trabalho, transmita-lhe minhas condolências.
- b) Na reunião, todos **manteram** o voto contrário ao fim da greve.
- c) As autoridades governamentais **previram** o aumento da inflação.
- d) Se lhes **convir**, podemos nos encontrar na próxima semana.
- e) Os palhaços **entreteram** a plateia com suas palhaçadas.

20. Analise as sentenças:

- I. O processo seletivo visa na contratação de novos funcionários para a empresa.
- II. Embora completamente sem esperança alguma, aspirava apenas um milagre de última hora.
- III. A fama daquele pintor chileno decorre a maestria das cores vibrantes de seus quadros.
- IV. Naquela sala de aula, ninguém obedecia às ordens estabelecidas pela escola.
- V. Todos lembraram de que sábado era o melhor dia para o encontro das turmas.

As frases redigidas em conformidade com a norma-padrão de regência verbal se encontram em:

- a) II e V, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) IV apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, III e V, apenas.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin
21. Observe a sequência infinita de figuras a seguir.

Considerando-se que o padrão de formação da sequência se mantenha, pode-se afirmar que a 2026ª figura é:

- a) 
- b) 
- c) 
- d) 
- e) 

22. Em um torneio de xadrez entre cinco grandes mestres - Magnus, Hikaru, Fabiano, Ding e Ian - cada um deveria contribuir igualmente para o prêmio em dinheiro do campeão. Ao final do torneio, os organizadores descobriram que um dos jogadores não havia pagado sua parte. Quando questionados, os mestres fizeram as seguintes declarações:

- Magnus disse: "Não fui eu nem o Fabiano"
- Ding disse: "Foi o Fabiano ou o Hikaru"
- Fabiano disse: "Foi o Ian"
- Ian disse: "O Ding está mentindo"
- Hikaru disse: "Foi o Ian ou o Magnus"

Sabendo que apenas um dos cinco mestres mentiu, o jogador que não pagou a sua parte foi:

- a) Magnus
- b) Hikaru
- c) Fabiano
- d) Ding
- e) Ian

23. Uma proposição logicamente equivalente a “É falso que todo gato tem quatro patas” é:

- a) Nenhum gato tem quatro patas.
- b) Todo gato não tem quatro patas.
- c) Existe gato que tem quatro patas.
- d) Pelo menos um gato tem quatro patas.
- e) Algum gato não tem quatro patas.

24. Um pequeno empresário decide investir R\$ 600,00 em uma aplicação que oferece uma taxa nominal de 40% ao ano, com rendimentos calculados semestralmente.

Considerando o regime de juros compostos, o valor acumulado ao final de um ano será de:

- a) R\$ 864,00
- b) R\$ 840,00
- c) R\$ 784,00
- d) R\$ 720,00
- e) R\$ 624,00

25. Um clube esportivo oferece a seus associados a opção de pagar uma taxa anual de R\$ 2.000,00. Caso o pagamento seja feito à vista, há um desconto de 10%. Alternativamente, o associado pode optar por dividir o valor em duas parcelas mensais iguais de R\$ 1.100,00, com a primeira parcela vencendo em 30 dias. A taxa efetiva mensal composta embutida no parcelamento é, aproximadamente, de:

Dado: $\sqrt{913} \cong 30,2$

- a) 6,60%
- b) 9,72%
- c) 12,36%
- d) 14,44%
- e) 15,50%

26. Um empréstimo no valor de R\$ 100.000,00 será pago em 12 prestações mensais iguais, vencendo a primeira delas um mês após a liberação dos recursos. Se a taxa de juros compostos do financiamento é de 3% ao mês, o valor das prestações é, aproximadamente:

Dado: $1,03^{-12} \cong 0,70$

- a) R\$ 10.000,00
- b) R\$ 10.200,00
- c) R\$ 10.500,00
- d) R\$ 10.800,00

- e) R\$ 11.000,00

27. Um agricultor está planejando investir em um novo sistema de irrigação para sua plantação. Os benefícios líquidos anuais estimados ao longo de 4 anos são os seguintes:

Ano	Benefício Líquido
1	R\$ 4.400
2	R\$ 7.260
3	R\$ 13.310
4	R\$ 14.641

Se o agricultor exige uma taxa interna de retorno mínima de 10% ao ano, o valor máximo que ele pode investir inicialmente (no ano 0) para que o projeto seja viável é:

- a) R\$ 23.767
- b) R\$ 30.000
- c) R\$ 35.650
- d) R\$ 33.000
- e) R\$ 39.611

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

28. A respeito das medidas de posição, analise as afirmações abaixo:

- I. A soma dos desvios em relação à mediana é sempre igual a zero.
 - II. Com relação à mediana, a soma dos valores absolutos dos desvios é mínima.
 - III. Com relação à mediana, a soma dos quadrados dos desvios é mínima.
- Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se somente a afirmativa II estiver correta.

29. Sejam M e N eventos aleatórios tais que $P(N|M) = 3 P(M|N)$ e $2 P(M \cup N) = 7 P(M)$. Pode-se afirmar que $P(M|N)$ é igual a:

- a) 3/10
- b) 2/5
- c) 0,5
- d) 0,6
- e) 1/6

30. Seja M uma variável aleatória normalmente distribuída com média 40 e variância 400. Então, a variável aleatória $N = 3M - 20$ também tem distribuição normal. Pode-se concluir que a média e o desvio padrão da variável N são respectivamente iguais a:

- a) 100 e 40.
- b) 100 e 60.
- c) 100 e 20.
- d) 120 e 10.
- e) 120 e 40.

ECONOMIA*Celso Natale*

31. A interação entre oferta e demanda é o principal mecanismo que regula o funcionamento das economias de mercado. São essas forças que determinam tanto a quantidade produzida quanto o preço de cada bem. Para compreender como determinados eventos impactam a economia, é fundamental observar como eles afetam a oferta e a demanda. Suponha um mercado em que os bens A e B sejam substitutos no consumo.

Mantidas constantes todas as demais variáveis (*ceteris paribus*), uma diminuição no preço do bem A provocará:

- a) redução na demanda pelo bem B.
- b) redução na oferta do bem B.
- c) deslocamento ao longo da curva de demanda do bem B.
- d) aumento na demanda pelo bem A.
- e) aumento na oferta do bem A.

32. Quando ocorre uma variação no preço de um bem, os consumidores tendem a ajustar suas decisões de consumo por meio de dois efeitos principais: o efeito substituição e o efeito renda. O efeito substituição leva o consumidor a escolher o bem que se tornou relativamente mais barato, enquanto o efeito renda decorre da mudança no poder de compra provocada pela variação de preço. Em regra, uma redução no preço de um bem resulta em maior demanda. No entanto, há exceções, como os bens de Giffen, em que uma queda no preço pode reduzir a quantidade demandada.

Considerando que X é um bem de Giffen, e mantendo todas as demais variáveis constantes (*ceteris paribus*), é correto afirmar que:

- a) o consumidor aumentará a quantidade demandada de X devido à atuação conjunta dos efeitos substituição e renda.
- b) tanto o efeito renda quanto o substituição atuarão no sentido de reduzir a demanda por X.
- c) a quantidade demandada de X permanecerá a mesma, pois o preço não influencia sua escolha.
- d) haverá deslocamento da curva de demanda de X para a direita, em resposta à queda no preço.
- e) o consumidor tende a consumir mais de X pelo efeito substituição, mas menos pelo efeito renda, sendo este predominante e provocando queda na demanda total.

33. Na análise dos custos de produção no curto prazo, o custo marginal (CMg) indica o acréscimo no custo total decorrente da produção de uma unidade adicional do bem. Compreender a interação entre o custo marginal e os custos médios é essencial para interpretar a estrutura de custos da firma nesse horizonte de tempo.

Dessa forma, é correto afirmar que o custo médio total (CMT) e o custo médio variável (CMV) atingem seus valores mínimos quando:

- a) o custo marginal atinge seu ponto máximo.
- b) o custo marginal encontra-se no valor mínimo.
- c) o custo marginal é inferior ao custo médio total, mas superior ao custo médio variável.
- d) o custo marginal é igual ao custo médio total e ao custo médio variável.
- e) o custo médio total e o custo médio variável permanecem constantes.

34. O oligopólio é uma estrutura de mercado na qual poucas empresas exercem grande influência, e as decisões estratégicas de uma impactam diretamente as demais. Diversos modelos teóricos foram desenvolvidos para descrever o comportamento das firmas nesse contexto, considerando suas interações e reações mútuas.

Com base nesses modelos, assinale a alternativa correta:

- a) No modelo de Cournot, as empresas determinam simultaneamente as quantidades a produzir, partindo da suposição de que os rivais manterão suas produções constantes.
- b) No modelo de Stackelberg, as empresas supõem que seus concorrentes não responderão às suas decisões, agindo como em concorrência perfeita.
- c) No modelo de conluio, as empresas buscam reduzir preços de forma agressiva para conquistar fatias maiores do mercado.
- d) No modelo de Stackelberg, as firmas competem por preços, e a empresa líder define primeiro o valor a ser cobrado.
- e) No modelo de Cournot, uma empresa define sua produção antes das demais, assumindo o papel de líder.

35. O modelo IS-LM representa a interação entre o mercado de bens (curva IS) e o mercado monetário (curva LM), sendo uma ferramenta clássica para analisar os impactos de políticas econômicas de curto prazo. Suponha que o governo decida elevar a arrecadação de impostos, mantendo inalterado o nível de gastos públicos (*ceteris paribus*).

Com base no modelo, espera-se que essa medida provoque:

- a) um deslocamento da curva IS para a esquerda, com queda na renda e na taxa de juros.
- b) um deslocamento da curva IS para a direita, elevando tanto a renda quanto a taxa de juros.
- c) um deslocamento da curva LM para a direita, aumentando a renda e reduzindo os juros.

d) um deslocamento da curva LM para a esquerda, com redução da renda e alta nos juros.

e) um deslocamento da curva IS para a direita, sem alteração na taxa de juros.

36. A tributação é um dos pilares da política fiscal, sendo usada tanto para custear as despesas públicas quanto para influenciar o comportamento econômico. A Curva de Laffer ilustra a ideia de que existe um ponto de alíquota em que a arrecadação do governo é máxima, e que aumentos excessivos na carga tributária podem provocar efeitos contrários ao esperado.

Com base nessa teoria e nos princípios da tributação, assinale a alternativa correta:

- a) A Curva de Laffer demonstra que aumentos nas alíquotas de impostos sempre resultam em aumentos proporcionais de arrecadação.
- b) De acordo com os princípios da tributação, um sistema tributário eficiente deve priorizar sempre a equidade, mesmo que comprometa a arrecadação total.
- c) A Curva de Laffer indica que a arrecadação é máxima quando a alíquota de impostos atinge 100%, capturando todo o excedente econômico da sociedade.
- d) A função distributiva da tributação se cumpre por meio de impostos regressivos e programas de transferência de renda, visando reduzir desigualdades.
- e) Se a alíquota de impostos for muito alta, a arrecadação pode cair, pois os agentes econômicos tendem a reduzir sua atividade produtiva e buscar formas de evasão fiscal.

37. A contabilidade social distingue os fluxos reais dos fluxos nominais para representar o funcionamento da economia. Os fluxos reais referem-se à circulação de bens e serviços, enquanto os fluxos nominais dizem respeito à movimentação monetária entre os setores econômicos.

Com base nessa distinção, assinale a alternativa correta:

- a) Os fluxos nominais correspondem ao deslocamento de fatores de produção entre famílias e empresas.
- b) Os fluxos reais envolvem apenas transações realizadas com moeda corrente nacional.
- c) Os fluxos reais representam os pagamentos efetuados entre os agentes econômicos.
- d) Os fluxos nominais indicam trocas monetárias, como salários, lucros e pagamentos por bens e serviços.
- e) A distinção entre fluxos reais e nominais só é válida na análise da balança comercial.

38. O Produto Interno Bruto (PIB) é um dos principais indicadores utilizados para medir o desempenho econômico de um país. Ele reflete a soma dos bens e serviços finais produzidos em determinado período, sendo possível calculá-lo por diferentes óticas.

Sobre o PIB, assinale a alternativa correta:

- a) O PIB mede exclusivamente a produção agrícola de um país.
- b) A ótica da renda calcula o PIB somando-se o consumo, o investimento, os gastos do governo e o saldo da balança comercial.
- c) O PIB nominal é ajustado pela inflação, refletindo o valor real da produção.
- d) O PIB real é corrigido pelos níveis de preços, permitindo comparações entre períodos distintos.
- e) O PIB per capita é obtido pela soma do PIB com o valor das exportações líquidas.

39. A Teoria Quantitativa da Moeda estabelece uma relação entre a quantidade de moeda em circulação e o nível de preços da economia. Representada pela identidade $MV = PY$, essa teoria ajuda a compreender os efeitos monetários sobre a inflação.

Com base nessa teoria, é correto afirmar que:

- a) Um aumento na quantidade de moeda em circulação, mantendo constantes a velocidade de circulação e o produto real, tende a elevar o nível geral de preços.
- b) A teoria quantitativa da moeda assume que os preços e a produção são fixos no curto prazo.
- c) A equação $MV = PY$ pressupõe que a moeda não influencia o nível de preços no longo prazo.
- d) A velocidade da moeda (V) representa o total de moeda emitida pelo Banco Central.
- e) A teoria quantitativa considera o investimento como o principal canal de influência da moeda sobre o PIB.

40. A inflação é definida como o aumento generalizado e persistente dos preços, podendo ter origens distintas e ser medida por diversos índices de preços. Além disso, seus efeitos econômicos e sociais são relevantes, exigindo respostas de política econômica.

Com base nos conceitos relacionados à inflação, assinale a alternativa correta:

- a) A inflação de demanda ocorre quando há choques como aumentos abruptos no preço de insumos básicos.
- b) O IPCA, calculado pela FGV, é o índice oficial de inflação usado pelo Banco Central para definir a política monetária.
- c) A elevação da taxa de juros é uma medida de política monetária contracionista que visa conter a inflação ao reduzir o consumo e o crédito.
- d) A inflação impacta todos os grupos sociais de forma homogênea, sem gerar distorções distributivas.
- e) A ampliação da base monetária é uma medida tradicional de combate à inflação.

FINANÇAS PÚBLICAS*Amanda Aires*

41. Com a crescente preocupação com a sustentabilidade fiscal e a gestão responsável dos recursos públicos, torna-se essencial compreender os conceitos de resultado primário, dívida pública e suas implicações sobre a trajetória fiscal do país. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) O déficit primário é calculado subtraindo os investimentos do governo da receita total.
- b) O déficit nominal considera apenas as receitas e despesas correntes da União.
- c) A trajetória da dívida pública é sustentável quando o superávit primário compensa os juros reais da dívida.
- d) O aumento da dívida pública sempre indica má gestão fiscal.
- e) O déficit primário é irrelevante para a sustentabilidade fiscal de longo prazo.

42. O orçamento público desempenha um papel fundamental na estabilidade econômica, sobretudo em contextos de alta inflação ou retração econômica. Com base nesse papel estabilizador do orçamento público, assinale a alternativa correta.

- a) A política fiscal expansiva visa exclusivamente o equilíbrio orçamentário.
- b) O aumento dos gastos públicos, sem aumento de receita, tende a reduzir a inflação.
- c) O corte de gastos pode ser utilizado para conter pressões inflacionárias, desde que combinado com política monetária restritiva.
- d) A estabilização da moeda independe do comportamento do déficit público.
- e) A emissão de dívida pública é sempre inflacionária.

43. Em economias abertas, a adoção de políticas fiscais expansionistas pode provocar efeitos significativos sobre as contas externas e o crescimento econômico. Considerando esses impactos, assinale a alternativa correta.

- a) Redução das importações e aumento da taxa de câmbio real.
- b) Aumento da demanda agregada e possível deterioração do saldo comercial.
- c) Aumento da poupança pública e valorização cambial.
- d) Diminuição do PIB real e aumento do superávit primário.
- e) Diminuição da carga tributária e redução da dívida pública.

44. No Brasil, a estrutura federativa determina a repartição de receitas e responsabilidades entre os entes da federação, o que influencia diretamente a capacidade de financiamento e execução de políticas públicas. Considerando esse arranjo, assinale a alternativa correta.

- a) A União não possui competência para arrecadar impostos sobre renda.
- b) A descentralização fiscal é garantida pela vinculação constitucional de receitas a estados e municípios.
- c) O pacto federativo permite que estados legislem sobre todos os tributos.
- d) A distribuição de receitas é feita exclusivamente por emendas parlamentares.
- e) Os municípios não recebem receitas da arrecadação do ICMS.

45. A renúncia de receitas tributárias, quando realizada sem planejamento, pode comprometer o equilíbrio fiscal e a transparência das contas públicas. Com base nas exigências legais para concessão dessas renúncias, assinale a alternativa correta.

- a) A renúncia de receita está fora do escopo da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) Toda renúncia deve estar acompanhada da estimativa de impacto orçamentário-financeiro.
- c) A renúncia de receita não precisa ser compensada se for inferior a 1% da receita corrente líquida.
- d) Os incentivos fiscais não representam perda de arrecadação.
- e) Renúncias fiscais não podem ser controladas pelo Legislativo.

46. As transferências voluntárias da União aos demais entes federados estão sujeitas a uma série de condições legais, com o objetivo de garantir a responsabilidade fiscal e a correta aplicação dos recursos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) Podem ser realizadas mesmo quando o ente federativo está inadimplente com a Previdência Social.
- b) São feitas automaticamente mediante solicitação do ente subnacional.
- c) Exigem convênio, termo de compromisso ou instrumento congênere.
- d) Não podem ser destinadas a despesas de capital.
- e) Estão isentas de fiscalização e prestação de contas.

47. A destinação de recursos públicos ao setor privado é admitida apenas em situações específicas, previstas em lei, com vistas à consecução de finalidades públicas. Sobre esse processo, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada qualquer transferência a entidades privadas sem fins lucrativos.
- b) É permitida desde que haja interesse público e cumprimento das exigências legais.
- c) Depende apenas da vontade do gestor público.

d) Não necessita de prestação de contas.

e) Pode ser feita livremente via emendas parlamentares.

48. A Lei de Responsabilidade Fiscal instituiu instrumentos de transparência e controle da gestão fiscal. Entre eles, destacam-se o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Sobre esses instrumentos, assinale a alternativa correta.

- a) O RREO é publicado anualmente pelo Executivo.
- b) O RGF é obrigatório apenas para o governo federal.
- c) O RREO demonstra o cumprimento das metas fiscais de forma semestral.
- d) O RGF evidencia o cumprimento dos limites da despesa com pessoal e da dívida consolidada.
- e) Nenhum dos dois relatórios é acessível ao público em geral.

49. A sustentabilidade das finanças públicas depende da compatibilização entre receitas e despesas ao longo do tempo. Sobre a noção de equilíbrio intertemporal, assinale a alternativa correta.

- a) A sustentabilidade fiscal não depende da diferença entre receitas e despesas obrigatórias.
- b) O aumento de despesas discricionárias tende a melhorar o equilíbrio fiscal de longo prazo.
- c) O crescimento contínuo da dívida pública, sem superávit primário, compromete o equilíbrio intertemporal.
- d) A despesa obrigatória pode ser eliminada por decreto executivo.
- e) O equilíbrio intertemporal depende exclusivamente da arrecadação tributária.

50. A modernização das finanças públicas no Brasil tem incorporado princípios de inovação, sustentabilidade e uso de tecnologias digitais, como o Open Banking e o Pix. Sobre essa nova realidade, assinale a alternativa correta.

- a) O Pix é incompatível com a arrecadação tributária.
- b) O Open Banking impede a atuação do governo na gestão fiscal.
- c) A adoção do Pix melhora a eficiência na arrecadação e pode reduzir custos operacionais.
- d) As finanças públicas sustentáveis são aquelas que reduzem o superávit primário.
- e) ESG não se aplica ao setor público.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

51. Asdrúbal atua como acrobata no Circo Diversões Ltda. Diante da atividade exercida, vive em constantes deslocamentos, acompanhando o circo de cidade em cidade, e por essa razão, não tem moradia fixa, com intenção de permanência, em lugar algum.

Com relação ao domicílio de Asdrúbal, é correto afirmar que ele corresponde:

- a) ao domicílio do Circo Diversões Ltda., onde este se encontra registrado.
- b) à capital do Estado em que o Circo Diversões Ltda. se encontra registrado.
- c) ao Distrito Federal.
- d) ao local correspondente ao último domicílio mantido por Asdrúbal.
- e) ao local onde Asdrúbal for encontrado.

52. Acerca da prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- a) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- b) A prescrição é interrompida entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- c) Não corre prescrição contra os incapazes.
- d) A prescrição ocorre em 20 anos, quando a lei não haja fixado prazo menor.
- e) Salvo disposição legal em contrário, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

53. Acerca da transmissão das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Na cessão de um crédito não se abrangem os seus acessórios.
- b) Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu.
- c) O cedente responde pela solvência do devedor, salvo estipulação em contrário.
- d) É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, independentemente do consentimento do credor.
- e) Na assunção de dívida, o novo devedor pode opor ao credor as exceções pessoais que competirem ao devedor primitivo.

54. João, proprietário de um imóvel destinado a aluguel, apresentou um instrumento escrito de contrato de locação a Pedro, sem oportunizar a este a faculdade de discutir suas cláusulas ou formular contraproposta. Como Pedro estava impelido da necessidade de obter um lugar onde morar, assinou o contrato, sem que fosse possível qualquer diálogo a respeito de suas cláusulas. No contrato, havia uma cláusula ambígua, que comportava mais de uma possibilidade de interpretação.

Acerca da cláusula em questão, é correto afirmar:

- a) A cláusula é nula.
- b) A cláusula é anulável.
- c) A cláusula é inexistente.
- d) A cláusula é válida, e deve ser interpretada da maneira mais favorável a João.
- e) A cláusula é válida, e deve ser interpretada da maneira mais favorável a Pedro.

55. Acerca do contrato de doação, assinale a alternativa correta.

- a) A doação de bens móveis pode ser feita de modo verbal.
- b) Se o donatário for absolutamente incapaz, a aceitação deve ser manifestada por seu representante legal.
- c) A cláusula de reversão não prevalece em favor de terceiro.
- d) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada até 2 anos, da data em que se celebrou.
- e) Pode ser revogada por ingratidão a doação em caso de homicídio doloso ou culposo praticado pelo donatário contra o doador.

56. Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) Os pais respondem por culpa *in vigilando* pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- b) O empregador responde por culpa *in eligendo* por seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir.
- c) O dono, ou detentor do animal, que atuar com culpa *in custodiando*, ressarcirá o dano por este causado.
- d) Aquele que habitar prédio responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
- e) Aquele que demandar por dívida já paga, sem ressalvar as quantias já recebidas, ficará obrigado a pagar ao devedor uma indenização equitativa, arbitrada pelo juiz.

57. Acerca da sucessão legítima, assinale a alternativa correta.

- a) Cônjuge casado por comunhão universal de bens não concorre à herança com os descendentes do *de cùjus*.
- b) Na falta de ascendentes e descendentes, a sucessão será deferida por inteiro ao cônjuge sobrevivente, salvo se o casamento era pelo regime da separação obrigatória de bens.
- c) Não existe direito de representação na classe dos colaterais.
- d) Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, todos herdarão em partes iguais.
- e) Na falta de irmãos, herdarão os tios, e na falta destes, os sobrinhos.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

58. A respeito das regras envolvendo o empresário e seus desdobramentos, analise os itens:

- I - Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- II - Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- III - É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) Nenhuma.

59. O Código Civil estabelece as regras sobre as sociedades, nesse sentido, analise cada alternativa e marque a opção que está de acordo com a lei:

- a) Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, apenas do lucro.
- b) A sociedade pode ter como atividade apenas a realização de um negócio determinado.
- c) Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro e, simples, as demais.
- d) A depender do seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.
- e) A sociedade adquire personalidade jurídica com a assinatura do contrato e na forma da lei, dos seus atos constitutivos.

60. Vários são os tipos societários que existem no ordenamento jurídico, algumas são sociedades personificadas e outras não personificadas. Sobre isso, marque a correta:

- a) Nas sociedades em conta de participação todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade.
- b) Na sociedade em comum, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- c) As sociedades não personificadas terão que nos trinta dias subsequentes à sua constituição requerer a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
- d) As obrigações dos sócios começam com o registro do contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.
- e) A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

61. Um dos mais importantes tipos de sociedades é a sociedade limitada, sobre esse tipo societário, escolha a única alternativa que coaduna com a legislação em vigor:

- a) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social.
- b) A sociedade limitada pode ser constituída por uma ou mais pessoas.
- c) O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio, sendo admitida a contribuição que consista em prestação de serviços.
- d) Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de dois anos da data do registro da sociedade.
- e) Os sócios não serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, quando autorizados pelo contrato, mesmo que tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

62. Marque a alternativa certa. É uma característica da sociedade cooperativa:

- a) a existência e fixação do valor do capital social.
- b) concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, e com número máximo.
- c) intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, exceto por herança.
- d) direito de cada sócio a voto nas deliberações de acordo com o valor de sua participação.
- e) indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

63. O ato que independe de liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se, além disso depende do

consentimento de todos os sócios, salvo se prevista no ato constitutivo, caso em que o dissidente poderá retirar-se da sociedade, e não modificará nem prejudicará, em qualquer caso, os direitos dos credores. A descrição apontada refere-se à operação societária chamada de:

- a) transformação.
- b) cisão.
- c) incorporação.
- d) dissolução.
- e) fusão.

64. Sobre o estabelecimento, marque a alternativa verdadeira:

- a) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens materiais organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária, já que os bens imateriais não fazem parte do estabelecimento.
- b) O estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.
- c) Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza, admitindo-se que seja alienado e arrendado, mas não pode ser objeto de usufruto.
- d) O contrato que tenha por objeto a alienação ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, dispensando-se a publicação em caso de arrendamento.
- e) O estabelecimento é um conceito jurídico que se configura em um tipo de universalidade de direito e que não possui regras legais próprias, afinal, é um instituto que decorre de posicionamento doutrinário e jurisprudencial.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

65. Sobre a aplicação da legislação penal, indique a alternativa correta:

- a) O princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, que está previsto na Constituição, não admite exceções, prevalecendo até mesmo sobre a ultra-atividade de leis temporárias ou excepcionais.
- b) No que diz respeito ao local do crime, o Código Penal adotou a teoria da atividade.
- c) A *abolitio criminis* extingue, em benefício do agente, todos os efeitos, tanto penais quanto civis.
- d) A legislação penal mais severa se aplica a crimes continuados ou permanentes, desde que sua vigência seja anterior ao término da continuidade ou da permanência.
- e) Em relação ao tempo do crime, o Código Penal adota a teoria da ubiquidade.

66. A respeito da legislação penal no espaço, é correto afirmar que:

- a) O princípio da territorialidade não se origina da soberania nacional.
- b) O princípio que estabelece a aplicação da lei brasileira aos crimes de genocídio cometidos por um agente brasileiro é legitimado pela chamada personalidade passiva.
- c) O princípio da defesa é aplicado quando um crime atinge um bem jurídico brasileiro, de modo que a proteção desse bem justifica a aplicação do direito penal brasileiro, mesmo que o ato tenha ocorrido fora do país.
- d) O princípio da representação não é contemplado no Código Penal brasileiro.
- e) A extraterritorialidade é aplicável em várias situações, incluindo crimes cometidos no que se considera território brasileiro por extensão.

67. De acordo com a teoria do crime, analise as afirmativas a seguir de acordo com o Código Penal e assinale a INCORRETA:

- a) O erro sobre um elemento que constitui o tipo penal exclui o dolo, mas permite a responsabilização por crime culposo, se previsto na legislação.
- b) Um terceiro que induz ao erro também é responsabilizado pelo crime.
- c) O erro em relação à identidade da vítima não isenta o agente de pena. Neste caso, consideram-se as condições ou características da pessoa que o agente pretendia atingir, não as da vítima efetiva.
- d) O agente que comete um crime sob erro invencível sobre a ilicitude do ato não é punido. Contudo, se o erro era evitável, o agente é responsabilizado, sem possibilidade de redução da pena com base nesse erro.
- e) Quando um ato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a uma ordem não manifestamente ilegal de um superior, apenas o autor da coação ou da ordem pode ser punido.

68. De acordo com o Código penal, a ação penal é de titularidade do ofendido, na seguinte hipótese:

- a) no crime de perseguição.
- b) no crime de divulgação de segredo.
- c) no crime de perigo de contágio venéreo.
- d) no crime de estelionato, salvo, entre outras hipóteses, se a vítima for maior de 70 anos.
- e) no crime de esbulho possessório, se a propriedade é particular, e não há emprego de violência.

69. Aquele que “Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado legítimo perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário” pratica, em tese:

- a) crime de prevaricação.
- b) crime de corrupção ativa.
- c) crime de corrupção passiva.
- d) crime de advocacia administrativa.
- e) fato atípico, haja vista que o interesse é legítimo, havendo possibilidade de responsabilização administrativa.

70. Um fiscal de obras de uma determinada prefeitura, no exercício de sua função, determina que máquinas e funcionários públicos sejam desviados de obras municipais para a construção de uma residência particular de seu cunhado, sem qualquer contraprestação financeira. Diante do caso, assinale a alternativa correta sobre o enquadramento jurídico-penal:

- a) Configura-se o crime de peculato próprio (CP, Art. 312), pois o agente desvia bem público móvel para proveito pessoal de terceiro, aplicando-se pena de 2 a 12 anos de reclusão.
- b) Caracteriza-se o crime de corrupção passiva (CP, Art. 317), já que o prefeito utilizou a máquina pública para beneficiar parente, com pena de 2 a 12 anos de reclusão.
- c) Trata-se de peculato impróprio (CP, Art. 313), pois o agente, embora não tenha se apropriado diretamente do bem, facilitou sua utilização por terceiro, com pena de 1 a 4 anos de detenção.
- d) Configura-se improbidade administrativa (Lei 8.429/1992), mas não há crime, pois não houve enriquecimento ilícito do agente.
- e) Caracteriza-se o crime de advocacia administrativa (CP, Art. 321), com pena de 3 meses a 1 ano de detenção, por favorecimento indevido a familiar.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

71. O regime jurídico-administrativo caracteriza-se por um conjunto de prerrogativas e restrições impostas à Administração Pública, com vistas à satisfação do interesse público. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) o regime jurídico-administrativo confere liberdade plena à Administração, permitindo a relativização de princípios constitucionais.
- b) a supremacia do interesse público sobre o privado autoriza, em casos específicos, o descumprimento de normas legais em nome da eficiência.
- c) a indisponibilidade do interesse público significa que a Administração não pode renunciar ou transigir sobre direitos públicos livremente.
- d) o regime jurídico-administrativo permite à Administração atuar como particular nos contratos administrativos.
- e) a função administrativa independe de limites legais, desde que guiada por finalidade pública.

72. Conforme entendimento consolidado pelos Tribunais Superiores, a demissão de empregado público concursado deve observar:

- a) apenas os princípios da conveniência e oportunidade, típicos do poder discricionário.
- b) as hipóteses de justa causa previstas na legislação trabalhista.
- c) a necessidade de processo judicial prévio.
- d) a motivação formal, independentemente de processo administrativo.
- e) a presunção de legalidade, sem necessidade de motivação.

73. Sobre a Administração Pública indireta, assinale a alternativa correta:

- a) as autarquias são criadas por decreto do chefe do Executivo e possuem personalidade de direito privado.
- b) as empresas públicas exercem atividades exclusivamente de controle estatal e não podem concorrer com a iniciativa privada.
- c) as sociedades de economia mista devem obrigatoriamente seguir o regime jurídico de direito público, quando prestadoras de serviços públicos.
- d) as entidades paraestatais integram a Administração Direta e exercem funções típicas de governo.
- e) as fundações públicas podem ser instituídas por lei ou mediante autorização legislativa e podem ter natureza de direito público ou privado.

74. A inexigibilidade de licitação para serviços de advocacia só é admissível, segundo a jurisprudência atual dos Tribunais Superiores, quando, entre outros requisitos:

- a) o contratado possuir registro na OAB, sendo este um requisito suficiente.
- b) houver ampla concorrência e baixa complexidade na demanda.
- c) se tratar de serviços comuns, como defesas administrativas padronizadas.
- d) ficar demonstrada a inadequação da prestação do serviço pelos integrantes do Poder Público e a cobrança de preço compatível com o praticado pelo mercado.
- e) a escolha do profissional for discricionária e não exigir motivação.

75. Assinale a alternativa correta sobre os poderes administrativos:

- a) o poder vinculado é caracterizado pela ausência de margem de liberdade na atuação do agente público.
- b) o poder disciplinar permite à Administração aplicar sanções a qualquer particular, com ou sem vínculo.
- c) o poder regulamentar permite à Administração inovar no ordenamento jurídico por meio de decretos e regulamentos.
- d) o poder de polícia é exercido exclusivamente sobre os servidores públicos.
- e) o poder discricionário autoriza a prática de atos arbitrários, com base na conveniência administrativa.

76. Conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, a escusa de consciência:

- a) pode ser invocada por candidatos para não participar de provas agendadas aos sábados, ainda que gere ônus desproporcional à Administração.
- b) pode justificar a marcação de etapas dos concursos em datas distintas das previstas no edital, desde que, entre outros requisitos, não comprometa a igualdade e não acarrete ônus desproporcional à Administração.
- c) garante o direito de ser dispensado de qualquer exigência legal em concursos públicos.
- d) é aplicável apenas nas etapas do concurso público, não se estendendo ao exercício regular do cargo.
- e) está limitada ao exercício do cargo público e não abrange a fase de ingresso via concurso público.

77. Com base na teoria dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a revogação é cabível quando houver vício de legalidade no ato.
- b) o motivo e o objeto de um ato administrativo devem manter relação lógica, sendo que a indicação de motivos inexistentes acarreta a nulidade do ato.
- c) o ato administrativo discricionário é insuscetível de controle judicial, por manifestar controle de mérito.
- d) o silêncio da Administração sempre gera direito subjetivo ao administrado.
- e) a convalidação é cabível para sanar vícios de motivo e de objeto, desde que não haja prejuízos a terceiros ou lesão ao interesse público.

78. Durante a tramitação de ação por improbidade administrativa contra um servidor público municipal, o Ministério Público formulou pedido incidental de indisponibilidade de bens do réu, com o objetivo de assegurar o resarcimento ao erário. O juiz deferiu a medida de forma genérica, sem análise de risco ao resultado do processo, determinando, entre outros bens, a indisponibilidade de sua residência familiar e do saldo de R\$ 32 mil em conta poupança. Com base nas regras atualmente vigentes sobre a indisponibilidade de bens na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) a medida é válida, pois o simples ajuizamento da ação por improbidade autoriza a indisponibilidade como tutela automática.
- b) é válida apenas a indisponibilidade da residência, sendo vedada em relação aos valores em conta, qualquer que seja o montante.
- c) a medida é inválida, pois exige a demonstração concreta do risco ao resultado útil do processo e não poderia ser decretada nas condições citadas.
- d) a indisponibilidade é válida, desde que não recaia sobre bens adquiridos com recursos públicos.

e) é cabível apenas após o recebimento da petição inicial, não sendo admitido pedido incidental de indisponibilidade no curso do processo.

79. Assinale a alternativa correta sobre os serviços públicos:

- a) o poder público pode delegar a prestação do serviço, mas mantém a titularidade.
- b) a permissão de serviço público é delegação por prazo indeterminado e sem licitação.
- c) os serviços públicos são, por definição, gratuitos e indelegáveis.
- d) a concessão de serviço público transfere a titularidade ao particular.
- e) a autorização é a forma mais rígida de delegação, sujeita a controle judicial prévio.

80. A responsabilidade subsidiária da Administração Pública em caso de terceirização de serviços depende, nos termos do entendimento consolidado dos Tribunais Superiores:

- a) da existência de contrato escrito entre as partes.
- b) da comprovação comportamento negligente ou nexo de causalidade entre o dano por ela invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público.
- c) do inadimplemento da empresa contratada, independentemente de culpa, em razão da responsabilidade objetiva.
- d) do número de funcionários terceirizados.
- e) da regularidade das contribuições ao FGTS.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA*Rafael Henze*

81. Considerando o procedimento preferencial de cobrança da dívida ativa no Município de Florianópolis, assinale a alternativa que descreve corretamente a sequência das etapas após o vencimento do crédito tributário:

- a) Inscrição em dívida ativa → ajuizamento de execução fiscal → protesto da dívida → tentativa de conciliação.
- b) Inscrição em dívida ativa → protesto imediato da dívida → notificação para conciliação pré-processual.
- c) Inscrição em dívida ativa → notificação para conciliação pré-processual → protesto da certidão de dívida ativa → ajuizamento da execução fiscal.
- d) Notificação para conciliação → inscrição em dívida ativa → protesto da dívida → execução fiscal.
- e) Inscrição em dívida ativa → protesto da dívida → arquivamento do processo.

82. A fiscalização tributária desempenha papel essencial na efetivação da justiça fiscal e na arrecadação de receitas públicas, garantindo o cumprimento das obrigações previstas na legislação municipal. Por meio dela, o Poder Público verifica a conformidade das condutas dos contribuintes e demais obrigados às normas tributárias, assegurando a correta aplicação das leis e coibindo eventuais infrações que possam comprometer o equilíbrio financeiro do Município.

Qual é o procedimento para que os fiscais de tributos municipais accessem as dependências de um estabelecimento em uma fiscalização?

- a) Os fiscais devem obter uma ordem expressa da autoridade responsável pela emissão do Termo de Fiscalização.
- b) É necessário intimar o sujeito passivo com antecedência mínima de 48 horas.

c) Os fiscais precisam da permissão expressa do proprietário do estabelecimento para cada inspeção.

d) Acesso é garantido mediante a apresentação de identidade funcional aos encarregados presentes no local.

e) Os fiscais só podem acessar as dependências do estabelecimento fora do horário comercial para não interromper as atividades.

83. Os prazos nos procedimentos administrativos fiscais são fundamentais para garantir a eficiência da atuação da Administração Tributária, assegurando previsibilidade e segurança jurídica aos fiscalizados. A delimitação temporal para a conclusão das fiscalizações e diligências evita a morosidade e permite o adequado controle das atividades estatais, promovendo maior transparência e efetividade na aplicação da legislação tributária municipal.

Quais são os prazos estabelecidos para a realização dos procedimentos administrativos fiscais?

- a) Até sessenta dias para fiscalização e até quinze dias para diligência.
- b) Até noventa dias para fiscalização e até trinta dias para diligência.
- c) Até trinta dias para ambos, fiscalização e diligência.
- d) Até cento e vinte dias para fiscalização e até sessenta dias para diligência.
- e) Fiscalização sem prazo definido e diligência até trinta dias.

84. Uma fiscalização tributária apurou que determinada empresa deixou de recolher tributos incidentes sobre uma série de prestações. As investigações revelaram que a decisão partiu diretamente do sócio-administrador, que ordenou a um funcionário a omissão dos registros contábeis dessas operações. Constatou-se ainda que o contador da empresa, embora ciente da prática irregular e diretamente beneficiado pela manutenção do contrato de prestação de serviços, não adotou nenhuma medida para coibi-la. Ademais, verificou-se que um terceiro adquiria, com habitualidade, serviços da empresa com valor substancialmente inferior ao de mercado, sabendo de sua procedência irregular.

Com base nos conceitos de autor, coautor e cúmplice no âmbito das infrações tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o sócio-administrador pode ser responsabilizado como autor da infração, pois a conduta do funcionário e do contador foi meramente acessória.
- b) O funcionário é o autor da infração, o sócio-administrador é coautor, e o contador é cúmplice, pois não agiu diretamente na prática da infração.
- c) O sócio-administrador é o autor da infração, o funcionário é coautor, e tanto o contador quanto o terceiro adquirente das mercadorias são cúmplices.
- d) O sócio-administrador é o autor da infração, o funcionário é mero instrumento, o contador é coautor e o terceiro adquirente é cúmplice.
- e) O sócio-administrador é cúmplice, pois não praticou a infração diretamente, o contador é autor por ter conhecimento técnico, e o terceiro adquirente é coautor por contribuir com os efeitos da infração.

85. Em caso de infração à legislação tributária, determinadas penalidades podem ser aplicadas cumulativamente, conforme previsto na legislação municipal, sem prejuízo daquelas estabelecidas na Lei Federal nº 8.137/1990. Considerando as sanções previstas, assinale a alternativa que não corresponde a uma penalidade tributária passível de aplicação cumulativa:

- a) Multas.
- b) Cancelamento de regimes especiais concedidos ao contribuinte.
- c) Proibição de transacionar com repartições públicas municipais.
- d) Suspensão ou cancelamento de isenção.
- e) Interdição do estabelecimento.

86. Em um processo administrativo tributário, foi constatado que uma empresa cometeu, reiteradamente, infrações idênticas relativas à omissão de informações obrigatórias em documentos fiscais. Todas as infrações estão sujeitas a penalidades de multa fixa. Considerando a legislação aplicável, como deverá ser feita a dosimetria das penalidades nesse caso?

- a) Aplicam-se cumulativamente as multas fixas para cada infração, independentemente de serem idênticas, somando-se os valores integralmente.
- b) Deve ser aplicada apenas uma penalidade, correspondente à média das multas previstas para as infrações praticadas.
- c) Aplica-se a penalidade referente a uma das infrações, no grau correspondente, com acréscimo de 10% para cada repetição, consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes.
- d) São desconsideradas as infrações idênticas e mantém-se apenas a punição pela primeira falta verificada, multiplicada pelo número de repetições.
- e) A empresa será penalizada até o limite de 150% do valor do tributo devido na infração.

87. Um contribuinte, após sofrer a imposição de multa no grau máximo por descumprimento de obrigações tributárias, foi incluído em Regime Especial de Fiscalização por determinação do Secretário de Finanças. Durante esse período, que durou 50 dias, o Fisco constatou que as operações tributáveis da empresa superaram, em valor absoluto, aquelas realizadas nos 12 meses anteriores. Com base na legislação aplicável ao Regime Especial de Fiscalização, assinale a alternativa correta:

- a) A imposição do Regime Especial depende exclusivamente de indícios de crime contra a ordem tributária e não pode decorrer de sanções administrativas como multa ou suspensão de isenção.
- b) O prazo do Regime Especial não pode exceder 60 dias, sob pena de nulidade dos atos fiscais praticados após esse período, ainda que persistam os motivos que o originaram.
- c) O Regime Especial tem por objetivo suspender os benefícios fiscais do contribuinte e vedar a realização de operações tributáveis durante sua vigência.
- d) A constatação de que as operações tributáveis do período fiscalizado superaram aquelas dos 12 meses anteriores autoriza a presunção de receita omitida, configurando-se sonegação presumida.
- e) A adoção do Regime Especial implica necessariamente a interdição provisória do estabelecimento até o cumprimento das obrigações acessórias impostas.

88. Um contribuinte municipal efetuou o pagamento do ISS 40 dias após o vencimento, sem que houvesse cobrança formal por parte da Fazenda Municipal. Considerando o regime jurídico da multa moratória previsto na legislação tributária municipal, assinale a alternativa correta:

- a) Não será aplicada multa, pois o pagamento foi realizado espontaneamente, antes de qualquer cobrança.

- b) A multa moratória incidirá sobre o valor original do crédito, fixada em 2%, por ter havido recolhimento espontâneo.
- c) A multa moratória será de 5%, calculada sobre o valor do crédito fiscal atualizado, já que o pagamento se deu mais de 30 dias após o vencimento.
- d) A penalidade será de 10%, por se tratar de mora superior a 30 dias com reincidência no mesmo exercício fiscal.
- e) A multa não se aplica ao ISS, pois esse tributo possui regime próprio de penalidades previsto em legislação federal.

89. O arbitramento da base de cálculo é um instrumento previsto na legislação tributária que permite à Administração Pública apurar o valor sobre o qual incidirá o tributo, utilizando critérios estabelecidos em norma específica. Trata-se de procedimento legítimo que visa assegurar a correta apuração do crédito tributário, respeitando os princípios da legalidade e da razoabilidade.

Qual dos seguintes casos autoriza o arbitramento da base de cálculo do ISS em Florianópolis?

- a) indício de conduta passível de punição na esfera criminal.
- b) sempre que forem omissos os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou por terceiro legalmente obrigado.
- c) flagrante insuficiência do pagamento de outros tributos municipais.
- d) exercício de qualquer atividade que implique realização de operação tributável, sem se encontrar o contribuinte em estabelecimento fixo nos termos do regulamento.
- e) contribuinte estabelecido em município diverso do tomador.

90. Relativamente ao ISSQN, a identificação do estabelecimento como sendo prestador dos serviços é um de seus elementos mais importantes. De acordo com o Código Tributário Municipal de Florianópolis:

- a) é considerado estabelecimento o local edificado ou não onde sejam executadas atividades sujeitas à incidência do imposto mediante a utilização de empregados, ainda que sob a forma de cessão de mão de obra.
- b) considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte ou responsável desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário.
- c) considera-se estabelecimento prestador de serviços o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, desde que nele se encontrem armazenados os bens necessários à prestação dos serviços.
- d) considera-se estabelecimento prestador de serviços o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo necessariamente permanente, ainda que não configure unidade econômica ou profissional.
- e) pode ser considerado como estabelecimento prestador de serviços somente aquele que, na sua razão social, contiver a denominação de sede, filial, sucursal ou escritório de representação.

91. Considere o seguinte excerto doutrinário sobre o art. 156 da Constituição Federal:

"A expressão "definidos em lei complementar" não autoriza que seja conceituado como serviço aquilo que efetivamente não o é. Indigitada prática subverte a hierarquia do sistema positivo brasileiro, pois o constituinte traçou o quadro dentro do qual os Municípios podem mover-se". (CARVALHO, Paulo de Barros. Não incidência do ISS sobre atividades de franquia (Franchising). Revista de Estudos Tributários (RET), 56/65, jul.-ago. 2007).

Sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) em Florianópolis assinale a alternativa CORRETA:

- a) É um imposto municipal que incide sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal.
- b) Ele não incide sobre serviços prestados mediante locação de bens móveis.
- c) O imposto incide sobre a elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, incluindo tablets, smartphones e congêneres, e sobre as exportações de serviços para o exterior do país.
- d) Trata-se de um imposto municipal que não incide quando a atividade prestada não constitui atividade fim do prestador
- e) Sua incidência depende do pagamento do preço pelo tomador, sob pena de inexistência de base de cálculo.

92. A sistemática de estimativa constitui uma forma alternativa de apuração e recolhimento do imposto, autorizada pela legislação municipal em situações específicas, a critério da autoridade administrativa. Prevista no artigo 261 da Lei Complementar nº 126/2003, essa modalidade permite calcular o tributo com base em valores presumidos, especialmente em casos nos quais a atividade econômica, a estrutura do estabelecimento ou sua forma de organização recomendem tratamento fiscal diferenciado. Trata-se de um mecanismo que visa simplificar a arrecadação e proporcionar maior eficiência na gestão tributária

Em Florianópolis, como é determinado o regime de estimativa do ISS para contribuintes?

- a) Através de votação no conselho municipal.
- b) Por decisão judicial.
- c) Mediante processo regular com elementos que fundamentem a apuração.
- d) A critério da autoridade administrativa.
- e) Automaticamente, com base no histórico fiscal do contribuinte.

93. Após a inscrição do crédito tributário em dívida ativa no Município de Florianópolis e antes do ajuizamento da execução fiscal, a gestão e a cobrança administrativa do débito competem:

- a) Exclusivamente à Secretaria Municipal da Receita.
- b) Exclusivamente à Procuradoria-Geral do Município.
- c) Conjuntamente à Secretaria da Fazenda, Planejamento e Orçamento e à Procuradoria-Geral do Município.
- d) Apenas à Secretaria de Planejamento.
- e) Apenas à Câmara Municipal de Florianópolis.

94. Quais informações não precisam constar no Termo de Arbitramento integrante da Notificação Fiscal?

- a) A identificação e o endereço do sujeito passivo.
- b) A descrição detalhada das despesas do estabelecimento.
- c) As datas de início e término da fiscalização.
- d) O número do Processo Administrativo em que se deu o arbitramento.
- e) O valor da base de cálculo arbitrada.

95. A Guia de Informação Fiscal serve para declaração do ISS apurado pelo contribuinte e entregue através da Internet com o uso de certificação digital.

Qual procedimento deve ser adotado pelo sujeito passivo do ISS em Florianópolis em caso de impossibilidade técnica de apresentar a GIF eletronicamente?

- a) O contribuinte deve aguardar até que a situação técnica seja resolvida, após informar a situação ao plantão fiscal.
- b) Deve-se apresentar a GIF em formulário escrito, conforme modelo do Secretário Municipal de Finanças.
- c) O imposto deve ser declarado em sistema "off-line" fornecido pela Secretaria.

d) A declaração do imposto poderá ser feita em atraso, com a entrega da justificativa.

e) O contribuinte deve realizar a apuração e pagamento sem a necessidade de entrega da GIF.

96. Um contribuinte de Florianópolis, diante de dúvida sobre a interpretação da legislação tributária, protocolizou uma consulta formal perante a Secretaria Municipal de Finanças.

Segundo o Código Tributário Municipal, a protocolização da consulta, quando formulada pelo sujeito passivo:

- a) Suspende o pagamento do tributo de forma definitiva até decisão judicial.
- b) Suspende o prazo para pagamento do tributo apenas enquanto durar a análise da consulta.
- c) Suspende o prazo para pagamento do tributo em relação ao fato objeto da consulta, até 30 dias contados da ciência da resposta.
- d) Impede a constituição do crédito tributário de forma definitiva.
- e) Exige o depósito do montante integral do tributo para produzir efeitos suspensivos.

97. De acordo com o CTM Florianópolis, a obrigação de pagar o ISS considera-se vencida no último dia do período de apuração, devendo ser liquidada de que maneira?

- a) A obrigação tributária é sempre liquidada por meio de pagamento em dinheiro, sem exceções.
- b) No caso de imposto proporcional à receita bruta, permite-se a compensação de créditos fiscais, mas sem a possibilidade de transportar créditos excedentes para períodos subsequentes.
- c) Em situações de imposto fixo, a liquidação ocorre exclusivamente através de compensação de créditos fiscais.
- d) Para impostos proporcionais à receita bruta, a liquidação pode ocorrer tanto por compensação de créditos fiscais quanto por pagamento em dinheiro, incluindo a transferência de créditos excedentes para o próximo período.
- e) Independentemente do tipo de imposto, a liquidação deve ser efetuada exclusivamente por transferência bancária.

98. O pagamento é uma das causas de extinção do crédito tributário previstas na legislação. Em Florianópolis, qual ocasião impõe o pagamento do ISS no momento de ocorrência do fato gerador?

- a) Quando o prestador de serviços está cadastrado como contribuinte do Município.
- b) Apenas quando o contratante estiver cadastrado como contribuinte do Município.
- c) Quando a prestação ocorre em caráter eventual.
- d) Quando nem o prestador nem o contratante estiverem cadastrados como contribuintes do Município.
- e) Quando o imposto for calculado por meio de arbitramento.

99. Com base na norma que disciplina os critérios para a instituição e cobrança de taxas pelo Município, assinale a alternativa correta:

- a) O Município poderá instituir taxas apenas quando expressamente autorizadas por lei federal específica.
- b) A instituição de taxas pelo Município depende exclusivamente da Constituição Federal, sendo irrelevante o que dispõe a Constituição Estadual ou a Lei Orgânica Municipal.
- c) A competência do Município para instituir taxas decorre apenas de sua autonomia política, sendo dispensada qualquer base legal específica.
- d) O Município poderá instituir e cobrar taxas no âmbito de suas atribuições, conforme definido não só pela Constituição Federal, mas também pela Constituição Estadual, pela Lei Orgânica e legislação compatível.
- e) O Município somente pode instituir taxas quando houver autorização expressa do Poder Judiciário em decisão transitada em julgado.

100. Com base nas normas que regulam a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, assinale a alternativa correta:

- a) A taxa de coleta de resíduos sólidos somente poderá ser cobrada se houver a utilização efetiva do serviço pelo contribuinte, não sendo suficiente sua mera disponibilidade.
- b) A cobrança da taxa pode ser fixada em valor único para todos os imóveis, independentemente de sua utilização ou características.
- c) A taxa de coleta de resíduos sólidos é um tributo que incide apenas sobre imóveis comerciais que gerem resíduos.
- d) A taxa de coleta de resíduos sólidos tem como fato gerador a prestação, efetiva ou potencial, do serviço de coleta, transporte e destinação final dos resíduos, e sua cobrança é realizada com base no Cadastro Imobiliário, juntamente com o IPTU.
- e) O valor da taxa deve ser proporcional apenas à área construída do imóvel, sendo desnecessária a consideração de outros fatores como frequência do serviço ou número de economias autônomas.

BLOCO II**CONTABILIDADE***Silvio Sande*

101. O Passivo deve ser classificado como circulante quando:

- 1. espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- 2. está mantido essencialmente com o propósito de ser pago no longo prazo.
- 3. deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço.
- 4. a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- c) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

102. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, assinale a alternativa que indique apenas despesas classificadas de acordo com o método da função, em uma empresa industrial.

- a) custo dos serviços prestados e despesas de depreciação
- b) despesas de salários e despesas financeiras
- c) despesas de publicidade e consumo de matérias-primas
- d) despesas de amortização e despesas com perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa
- e) despesas comerciais e despesas administrativas

103. Uma empresa que possui Duplicatas a Receber registradas em seu Ativo Circulante realiza um desconto de duplicatas em um determinado montante.

Considerando que a operação de desconto foi realizada com duplicatas que tinham vencimentos futuros (180 dias), o valor dos juros descontados a serem reconhecidos no ato da operação devem ser contabilizados como

- a) despesas financeiras no Resultado.
- b) conta redutora das duplicatas descontadas no Ativo.
- c) conta redutora das Receitas, no Resultado.
- d) despesa antecipada, no Ativo Circulante.
- e) conta redutora das duplicatas descontadas no Passivo.

104. A empresa comercial SS S.A. adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda no valor de R\$ 123.000,00. Nesse valor estão embutidos tributos não cumulativos no montante de R\$ 34.000,00. O custo do frete correu por conta do fornecedor, mas a compradora arcou com despesas de seguros para o transporte das mercadorias da fábrica até seu armazém, no valor de R\$ 1.000,00, que serão pagos 10 dias após o recebimento das mercadorias. A operação referida pode ser contabilizada na empresa compradora, conforme o lançamento a seguir

- a) D MERCADORIAS PARA REVENDA 124.000,00
D TRIBUTOS A RECUPERAR 34.000,00
C TRIBUTOS A RECOLHER 34.000,00
C FORNECEDORES 124.000,00
- b) D MERCADORIAS PARA REVENDA 89.000,00
D DESPESAS COM SEGUROS 1.000,00
D TRIBUTOS A RECUPERAR 34.000,00
C FORNECEDORES 124.000,00
- c) D MERCADORIAS PARA REVENDA 90.000,00
D DESPESAS TRIBUTÁRIAS 34.000,00
C FORNECEDORES 124.000,00
- d) D MERCADORIAS PARA REVENDA 123.000,00
D DESPESAS COM SEGUROS 1.000,00
D FORNECEDORES 124.000,00
- e) D MERCADORIAS PARA REVENDA 90.000,00
D TRIBUTOS A RECUPERAR 34.000,00
C FORNECEDORES 124.000,00

105. A Cia. S2 realizou as seguintes operações:

1. comprou mercadorias à vista por R\$ 1.200.000
2. comprou mercadorias à prazo por R\$ 400.000
3. vendeu mercadorias a vista no valor de R\$ 400.000 e a prazo no valor de R\$ 1.200.000

Considerando que o estoque inicial das mercadorias era de R\$ 480.000 e que após o registro dessas operações as mercadorias remanescentes foram avaliadas por R\$ 880.000, assinale o valor do CMV (Custo das Mercadorias Vendidas) e do Lucro Bruto da

Cia. S2?

- a) R\$ 480.000 e R\$ 2.080.000
- b) R\$ 1.200.000 e R\$ zero
- c) R\$ 1.200.000 e R\$ 400.000
- d) R\$ 1.200.000 e R\$ 1.600.000
- e) R\$ 1.600.000 e R\$ 400.000

106. Com relação aos Intangíveis, analise os itens a seguir:

- I. Ativos Intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos ao teste de recuperabilidade.
- II. Ativos Intangíveis com vida útil definida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade anualmente.
- III. O Goodwill (ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura) gerado internamente deve ser reconhecido como um ativo.

Assinale a opção correta.

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III
- d) Nenhuma proposição está correta.

107. Uma empresa comercial adquiriu mercadorias para o seu estoque, a prazo, no valor de \$ 100.000, com tributos recuperáveis de \$ 20.000 e ajuste a valor presente de fornecedores a pagar de \$ 10.000. Assinale a alternativa com a contabilização correta dessa operação.

- a) Débito: Estoques, \$ 80.000; Débito: Tributos a recuperar, \$ 20.000; Crédito: Ajuste a valor presente de fornecedores, \$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 90.000.
- b) Débito: Estoques, \$ 90.000; Débito: Ajuste a valor presente de fornecedores, \$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 100.000.
- c) Débito: Estoques, \$ 80.000; Débito: Tributos a recuperar, \$ 20.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 100.000.
- d) Débito: Estoques, \$ 100.000; Débito: Despesa financeira de fornecedores, \$ 10.000, Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 90.000; Crédito: Receita com tributos recuperáveis, \$ 20.000.
- e) Débito: Estoques, \$ 70.000; Débito: Tributos a recuperar, \$ 20.000; Débito: Ajuste a valor presente de fornecedores, \$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 100.000.

108. Determinada empresa efetuou as seguintes transações no primeiro semestre de 2020:

- Integralização de capital social, por meio de um imóvel, no valor de R\$ 500.000,00.
 - Compra de estoque à vista, por R\$ 50.000,00.
- Aquisição de ações em tesouraria, por R\$ 20.000,00
 - Compra de automóvel à vista, por R\$ 40.000,00.
- Recebimento de dividendos, no valor de R% 25.000,00
 - Compra de móveis, para pagamento em agosto de 2021, por R\$ 30.000,00.
 - Pagamento de empréstimo bancário, no valor de R\$ 8.000,00.
 - Pagamento dos salários de funcionários, no valor de R\$ 4.000,00.
 - Resgate de debênture no valor de R\$ 36.000,00.

Simulado ISS Florianópolis (Auditor Fiscal de Tributos Municipais - Auditoria e Fiscalização) - 10/05/2025

- Pagamento de dividendos, no valor de R\$ 15.000,00.

Considerando as transações acima, o Fluxo de Caixa de Financiamento no semestre, evidenciado em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi de

- Consumo de R\$ 59.000,00.
- Consumo de R\$ 64.000,00.
- Consumo de R\$ 79.000,00.
- Consumo de R\$ 82.000,00.
- Geração de R\$ 3.000,00.

109. São itens evidenciados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, mas que NÃO alteram o total do Patrimônio Líquido:

- Lucro Líquido do Exercício e constituição da Reserva Legal.
- Reversão da Reserva para Contingência e constituição da Reserva de Lucros a Realizar.
- Distribuição de dividendos e aumento de capital social com capitalização de reservas.
- Aquisição de ações de emissão da própria empresa e constituição da Reserva de Incentivos Fiscais.
- Aumento de capital social com integralização em dinheiro e absorção de prejuízos com Reservas de Lucros.

110. Em 31/12/X0 a Cia. Bahia tinha 60% de participação da Cia. Vitória. Os balanços patrimoniais da Cia. Bahia e da Cia. Vitória, em 31/12/X0, eram os seguintes:

	Cia Bahia	Cia Vitória
Caixa	500	100
Investimentos	600	
Terrenos		1000
Ativo Total	1.100	1.100
Financiamentos		100
Capital Social	1.100	1.000
Passivo + PL	1.100	1.100

No ano X1 a Cia. Beta vendeu o terreno para a Cia. Alfa por R\$ 1.500,00, a prazo.

Assinale a opção que indica o valor total do Patrimônio Líquido Consolidado, em 31/12/X1, considerando apenas essa operação.

- R\$ 1.000,00.
- R\$ 1.200,00.
- R\$ 1.400,00.
- R\$ 1.500,00.
- R\$ 2.200,00.

111. Uma sociedade empresária apresentou indicador de liquidez corrente de 0,9, em 2023, e de 0,5, em 2024.

Assinale a opção que indica uma possível causa para a diminuição.

- Aumento de capital social em dinheiro.
- Compra à vista de ativo imobilizado.
- Pagamento antecipado de despesas de aluguel.
- Venda de ações em tesouraria por um valor acima do custo.
- Reconhecimento de salários a pagar.

Observe o balanço patrimonial a seguir e responda a questão a seguir.

ATIVO		PASSIVO	
Circulante	500.000	Circulante	450.000
Disponível	25.000	Fornecedores	275.000
Clientes	225.000	Salários a pagar	50.000
Estoques	250.000	Empréstimos	125.000
Não Circulante	1.250.000	Não Circulante	500.000
Direitos de longo prazo	375.000	Financiamentos	500.000
Investimentos	125.000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	500.000	Capital Social	750.000
Intangíveis	250.000	Reservas	50.000
TOTAIS	1.750.000	TOTAIS	1.750.000

112.O índice de endividamento geral e o índice de liquidez geral são, respectivamente,

- a) A 0,54 e 0,92.
- b) B 0,47 e 0,55.
- c) C 0,49 e 1,11.
- d) D 0,47 e 0,52.
- e) E 1,19 e 0,28.

113.Caso a empresa compre R\$ 5.000 em estoques à vista. Assinale a opção que indica o impacto dessa compra nos indicadores de liquidez da empresa.

- a) Diminuição na liquidez corrente e na liquidez geral.
- b) Diminuição na liquidez seca e na liquidez imediata.
- c) Diminuição na liquidez imediata e aumento na liquidez corrente.
- d) Diminuição na liquidez corrente e aumento na liquidez seca.
- e) Diminuição na liquidez imediata e aumento na liquidez geral.

114. A empresa Corujita apresentou, em 31/12/2019, Ativo Total de R\$ 500.000,00 e Patrimônio Líquido de R\$ 300.000,00. A empresa obteve um índice de Liquidez Corrente de 1,6, e o grau de concentração do passivo no curto prazo era 40%. Com base unicamente nessas informações, podemos afirmar que o valor do Ativo Não Circulante, em 31/12/2019, era:

- a) R\$ 350.000,00
- b) R\$ 365.000,00
- c) R\$ 372.000,00
- d) R\$ 384.000,00
- e) R\$ 396.000,00

115. Ao analisarmos as demonstrações financeiras da empresa UCT S/A, percebemos que a relação entre as fontes de recursos é de 60%, pode-se concluir o endividamento geral dessa empresa será:

- a) 35,0%;
- b) 37,5%;
- c) 40,0%;
- d) 50,0%;
- e) 60,0% .

AUDITORIA*Guilherme Santanna*

116. Em conformidade com a NBC TA 200, é correto afirmar que o auditor independente deve obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Essa segurança razoável é

- a) uma garantia absoluta de que não há erros ou fraudes nas demonstrações contábeis.
- b) obtida mediante a verificação de todos os registros contábeis da entidade auditada.
- c) suficiente para permitir que o auditor detecte qualquer desvio de conduta da administração.
- d) um nível alto, mas não uma certeza absoluta, de que não há distorções relevantes.
- e) equivalente à certeza legal exigida para emissão do relatório de auditoria.

117. De acordo com a NBC TA 230, a documentação de auditoria deve ser elaborada de forma suficiente para que um auditor experiente, sem envolvimento prévio com o trabalho, possa compreender:

- a) o valor total dos ativos auditados.
- b) os métodos de apuração de tributos da entidade.
- c) a natureza, época e extensão dos procedimentos executados.
- d) os valores estimados da opinião do auditor.
- e) os critérios para distribuição de lucros aos acionistas.

118. No que se refere à NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, assinale a alternativa correta:

- a) A amostragem deve ser feita apenas em grandes empresas.
- b) O uso da amostragem elimina a necessidade de procedimentos substantivos.
- c) A amostragem pode ser estatística ou não estatística, a critério do auditor.

d) Toda amostragem deve conter itens selecionados com base em julgamento do cliente.

e) O tamanho da amostra independe do risco de amostragem.

119. A respeito das opiniões modificadas previstas na NBC TA 705, assinale a afirmativa incorreta:

- a) A opinião com ressalva é emitida quando há limitação ao alcance do trabalho, mas não é generalizada.
- b) A opinião adversa é emitida quando as demonstrações apresentam distorções relevantes e generalizadas.
- c) A abstenção de opinião ocorre quando não há evidência de auditoria apropriada e suficiente e os possíveis efeitos são generalizados.
- d) A opinião com ênfase é uma forma de opinião modificada que destaca aspectos relevantes.
- e) A modificação da opinião deve ser justificada na seção “Base para opinião”.

120. A principal responsabilidade pela prevenção e detecção de fraudes nas demonstrações contábeis é da:

- a) auditoria externa.
- b) auditoria interna.
- c) equipe de auditoria independente.
- d) administração e responsáveis pela governança.
- e) consultoria contratada pela entidade.

121. Assinale a alternativa que apresenta exemplo típico de teste de controle:

- a) confirmação de saldo bancário.
- b) recálculo da depreciação de um ativo.
- c) análise da efetividade da conciliação de contas realizada mensalmente.
- d) circularização de clientes.
- e) observação de estoque em poder de terceiros.

122. Durante uma auditoria, o auditor verificou que os controles internos da entidade não impedem, detectam ou corrigem distorções relevantes. O procedimento adequado é:

- a) declarar a ineficácia da auditoria.
- b) modificar imediatamente a opinião no relatório.
- c) comunicar, tempestivamente e por escrito, à administração.
- d) excluir os testes substantivos do plano de auditoria.
- e) substituir todos os testes por análise documental.

123. A identificação de um erro que não se repete na população amostrada é tecnicamente chamada de:

- a) distorção relevante.
- b) exceção estatística.
- c) erro contábil.
- d) anomalia.
- e) distorção projetada.

124. Quanto às responsabilidades do auditor em relação à fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, é correto afirmar que:

- a) Cabe ao auditor estabelecer juridicamente se a fraude ocorreu.
- b) O risco de não ser detectada uma distorção relevante decorrente de fraude é mais baixo do que o risco de não ser detectada uma fraude decorrente de erro.
- c) O risco de não ser detectada uma distorção relevante decorrente de fraude cometida por empregados é mais alto do que no caso de fraudes cometidas pela administração.
- d) Embora a fraude constitua um conceito jurídico amplo, para efeitos das normas de auditoria, o auditor está preocupado com a fraude que causa distorção relevante nas demonstrações contábeis.
- e) Embora o auditor possa ser capaz de identificar oportunidades potenciais de perpetração de

fraude, é tranquilo para ele determinar se as distorções em áreas de julgamento como estimativas contábeis foram causadas por fraude ou erro.

125. Em um procedimento de auditoria, o auditor obteve indícios de que, ao realizar a aquisição à vista de um item para uso pessoal do diretor presidente, a entidade auditada realizou o seguinte lançamento contábil:

- D. Mercadorias
- C. Banco a conta movimento

Nessa situação, o registro contábil configura

- a) passivo fictício, sujeitando o contribuinte às sanções previstas em Lei.
- b) ativo oculto, sujeito à multa pela autoridade fiscal.
- c) superavaliação do patrimônio líquido.
- d) superavaliação de despesas.
- e) ativo fictício.

126. Um auditor independente executou uma revisão retrospectiva dos julgamentos e premissas da administração relacionadas com as estimativas contábeis refletidas nas demonstrações contábeis do exercício anterior. Ele verificou que o risco de inadimplência, utilizado no cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, era estimado em 5% em X0. No entanto, a administração aplicou a porcentagem de 8% sobre os valores a receber.

Foi percebido pelo auditor que o uso de 8% gerou um(a):

- a) superavaliação de passivo e de despesas.
- b) superavaliação de ativo e de despesas.
- c) subavaliação de ativo e superavaliação de despesas.
- d) subavaliação de passivo e superavaliação de receitas.
- e) superavaliação de ativo e subavaliação de receitas.

127. Uma Entidade de Fiscalização Superior realizou uma auditoria para determinar se a informação financeira de uma entidade era apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável. Para tanto, precisou definir critérios adequados. Com relação ao tema, é INCORRETO afirmar que:

- a) os critérios são as referências usadas para avaliar o objeto.
- b) o auditor deve considerar a relevância do critério e sua comprehensibilidade para os usuários previstos, assim como a sua completude, confiabilidade e objetividade.
- c) os critérios utilizados podem depender de uma série de fatores, incluindo os objetivos e o tipo de auditoria.
- d) critérios podem ser específicos ou mais gerais, e podem ser extraídos de várias fontes, incluindo leis, regulamentos, padrões, princípios sólidos e boas práticas.
- e) os critérios não devem estar disponíveis para os usuários previstos, sob risco de ferir os princípios da objetividade e confidencialidade dos trabalhos de auditoria.

128. Durante um trabalho de auditoria, os auditores se depararam com uma questão que foi considerada como materialmente relevante, o que quer dizer que

- a) foi identificado fato material passível de responsabilização dos gestores da entidade.
- b) se tratava de informação sigilosa não fornecida pelos gestores da entidade.
- c) confirmou indícios levantados inicialmente pelos auditores na fase de planejamento.
- d) o seu conhecimento é suscetível de influenciar as decisões dos usuários previstos.
- e) possibilitou a conclusão por erro ou fraude de determinado ato praticado pelos gestores da entidade.

129. A auditoria operacional conduzida no setor público envolve três partes distintas, que são:

- a) a parte responsável, o auditor e o usuário previsto.
- b) o auditor, o sistema e o programa de auditoria.
- c) o planejamento do teste, a definição da amostragem e o usuário previsto.
- d) o plano de testes, o chefe do departamento auditado e o auditor chefe.
- e) a programação, a execução da auditoria e o relatório aprovado.

130. Segundo a norma NPA 04 – IBRACON, caso o auditor tome conhecimento de que as demonstrações contábeis estejam significativamente afetadas por não atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, a conduta a ser adotada deve ser mencionar tal fato, inclusive seus efeitos,

- a) em parágrafos adicionais imediatamente anteriores ao parágrafo da conclusão.
- b) ao Conselho Federal de Contabilidade para que medidas sejam tomadas em relação ao contador que elaborou as demonstrações.
- c) diretamente aos sócios e proprietários da empresa, bem como ao fisco federal para apurar fraudes e sonegações.
- d) no início do relatório imediatamente após as sugestões de medidas a serem tomadas pela empresa.
- e) ao comitê de ética do Conselho Regional de Contabilidade e da IBRACON para que sejam analisadas as sanções cabíveis ao contador que elaborou as demonstrações.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

131. Sobre a classificação das constituições, considere as assertivas abaixo

I. As constituições outorgadas são aquelas impostas sem participação popular, como a Constituição brasileira de 1824.

II. Constituições rígidas são aquelas que podem ser alteradas pelo mesmo processo legislativo ordinário utilizado para a modificação das leis comuns.

III. Constituições dirigentes estabelecem diretrizes para a atuação estatal, sendo a CF/1988 um exemplo desse tipo de constituição.

IV. A classificação ontológica divide as constituições em normativas, nominativas e semânticas, sendo a CF/1988 considerada normativa.

V. Constituições sintéticas possuem extenso detalhamento de temas jurídicos, enquanto constituições analíticas restringem-se a princípios fundamentais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e V.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, III, IV e V.
- e) III, IV e V.

132. Sobre os direitos políticos previstos na CF/1988, analise as afirmativas a seguir

I - O sufrágio pode ser universal ou restrito, sendo que o Brasil adota o sufrágio universal, permitindo o direito de votar e ser votado a todos os cidadãos que cumpram os requisitos legais.

II - O plebiscito e o referendo são formas de consulta popular previstas na CF/1988, diferindo entre si pelo momento da consulta, sendo que no plebiscito a população é consultada antes da decisão legislativa ou administrativa, enquanto no referendo a consulta ocorre após a edição do ato normativo.

III - O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os brasileiros maiores de 18 anos e facultativos para analfabetos, maiores de 70 anos e jovens entre 16 e 18 anos.

IV - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos, mas os estrangeiros e os conscritos podem se candidatar caso atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos pela legislação eleitoral.

Assinale a alternativa correta

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

133. Sobre o Poder Executivo na CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) O sistema presidencialista, adotado pelo Brasil, caracteriza-se pela separação rígida entre os Poderes, permitindo ao Presidente da República a dissolução do Congresso Nacional em caso de grave crise política.
- b) O Presidente da República, no exercício de suas funções, acumula as atribuições de Chefe de Estado e Chefe de Governo, sendo responsável tanto pela condução das relações internacionais quanto pela formulação e execução de políticas públicas internas.
- c) O Vice-Presidente da República possui atribuições autônomas na administração pública federal, podendo tomar decisões independentes do Presidente e exercer

Simulado ISS Florianópolis (Auditor Fiscal de Tributos Municipais - Auditoria e Fiscalização) - 10/05/2025

funções legislativas, se autorizado pelo Congresso Nacional.

d) O processo de *impeachment* do Presidente da República ocorre exclusivamente no Supremo Tribunal Federal, independentemente da atuação do Congresso Nacional, garantindo celeridade no julgamento de crimes de responsabilidade.

e) No Brasil, o Poder Executivo pode editar decretos legislativos com força de lei, podendo alterar normas gerais aprovadas pelo Congresso Nacional sem necessidade de sua aprovação prévia.

134. Considere as seguintes afirmativas:

I. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

II. É proibida a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

IV. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Há direito ou garantia individual, conforme apregoado pela Constituição Federal, apenas em:

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II e IV.
- e) I, II e III.

135. O princípio de interpretação das normas constitucionais segundo o qual a Lei Maior deve ser interpretada como um todo, como um conjunto, de forma a evitar contradições, antinomias, antagonismos entre as suas normas, e, sobretudo, entre os próprios princípios jurídico-políticos é denominado

- a) Princípio da unidade.
- b) Princípio do efeito integrador.
- c) Princípio da conformidade.
- d) Princípio da força normativa.
- e) Princípio da máxima efetividade.

136. O estado W editou lei que prevê a apreensão de motocicletas, por autoridade de trânsito, em razão de inadimplemento do IPVA. Tal lei foi contestada junto ao STF.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta com base na jurisprudência do Supremo:

- a) A lei deve ser declarada constitucional, tendo em vista o interesse local que norteou a edição da lei.
- b) A lei deve ser declarada constitucional, uma vez que tal a competência para legislar sobre IPVA é dos estados.
- c) A lei deve ser declarada inconstitucional, pois viola competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.
- d) A lei deve ser declarada constitucional, tendo em vista a possibilidade aberta pelo CTB para o agravamento de sanções pelos estados e municípios.
- e) A lei deve ser declarada inconstitucional, pois viola competência exclusiva da União para legislar sobre trânsito e transporte.

137. Analise os seguintes itens:

- I- É constitucional norma de Constituição Estadual que amplia as competências de Assembleia Legislativa para julgamento de contas de gestores públicos. (2)
- II- Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros. (3)
- III- A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. (6)
- IV – Perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quarta parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada. (10)

Assinale a alternativa que apresenta a soma do valor dos itens INCORRETOS:

- a) 5.
- b) 8.
- c) 11.
- d) 12.
- e) 15.

138. O Ministério das Relações Exteriores (MRE), também conhecido como Itamaraty, é o órgão do poder executivo responsável pelo assessoramento do Presidente da República na formulação, desempenho e acompanhamento das relações do Brasil com outros países e organismos internacionais. A atuação do Itamaraty cobre as vertentes política, comercial, econômica, financeira, cultural e consular das relações externas, áreas nas quais exerce as tarefas clássicas da diplomacia: representar, informar e negociar.

Acerca do tema, é um princípio que rege as relações exteriores do Brasil, EXCETO:

- a) A prevalência dos direitos humanos.
- b) O repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- c) A defesa da paz.
- d) A cooperação entre os povos.
- e) A promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

139. O Governador de Alfa, por lei de iniciativa parlamentar, ampliou o número de beneficiários de isenção de IPVA. O Chefe do Executivo, inconformado, pretende levar a matéria ao conhecimento do Poder Judiciário, porque a seu ver, a lei é formalmente inconstitucional, uma vez que matéria tributária é assunto de iniciativa privativa do Governador. A respeito do caso hipotético, indique a única assertiva correta.

- a) O Governador tem razão, porque a Constituição Federal reservou ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que tratam de matéria tributária.
- b) Não assiste razão ao Governador, porque matéria tributária só é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo no âmbito federal.
- c) O Governador está equivocado, uma vez que matéria tributária é da iniciativa concorrente, de forma que o projeto de lei pode ser apresentado tanto pelo Chefe do Executivo quanto pelos parlamentares.

- d) Para questionar a constitucionalidade, o Governador deveria ter vetado o projeto de lei, pois a sanção convalidou o vício de iniciativa.
- e) A lei estadual é constitucional, mas não pela razão apresentada pelo prefeito e sim porque norma geral em matéria tributária é assunto da competência da União.

140. A Constituição Federal atribuiu competências legislativas e administrativas aos entes federados. Considerando a repartição de competências administrativas, assinale a alternativa incorreta:

- a) Compete aos Estados elaborar e executar planos regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
- b) Compete à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
- c) Compete à União explorar os serviços de radiodifusão.
- d) Compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano.
- e) Compete também aos municípios proteger os sítios arqueológicos.

141. De acordo com a Constituição Federal brasileira, qual das seguintes situações NÃO resulta em suspensão dos direitos políticos do cidadão?

- a) Condenação criminal transitada em julgado, por crime de improbidade administrativa, em decisão proferida por órgão judicial colegiado.
- b) Condenação em ação civil de improbidade administrativa.
- c) Decisão do Tribunal de Contas da União, em processo de tomada de contas especial, devido à má gestão de recursos federais.
- d) Condenação por crime eleitoral em decisão colegiada da Justiça Eleitoral.
- e) Privação da liberdade do cidadão em razão de flagrante delito.

142. Analise as seguintes afirmações acerca do Poder Judiciário e assinale a alternativa que apresenta os itens corretos:

- I- Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar os Ministros de Estado nos crimes de Responsabilidade.
 - II- Caso não sejam feitas pelo Presidente da República no prazo legal, as indicações ao CNJ serão feitas pelo Senado Federal.
 - III- É considerada relevante, para fins de Recurso Especial, a ação cujo valor da causa ultrapasse 500 salários-mínimos.
- a) Todos estão corretos.
 - b) Nenhum está correto
 - c) I e II apenas.
 - d) I e III apenas.
 - e) II e III apenas.

143. Acerca da ordem econômica, nos termos fixados no Título VII da Constituição Federal, indique a opção correta.

- a) São princípios da ordem econômica, dentre outros, a propriedade privada, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- b) A Constituição Federal assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que mediante autorização do Poder Público.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- d) A atividade de garimpagem, ainda que em cooperativas, será reprimida pelo Estado, por meio da aplicação de penalidades, por ofensa ao meio ambiente.
- e) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, mas a

refinação do petróleo pode ser autorizada sob regime de permissão.

144. João é vereador de Alfa. Durante evento de seu partido em Beta, no momento em que discursava, proferiu várias palavras injuriosas que feriram a honra de Sebastião, prefeito da cidade. A respeito do fato narrado, aponte a única alternativa que se compatibiliza com a Constituição Federal.

- a) João é vereador e está acobertado por imunidade material, de forma que não responderá civil e nem penalmente por sua manifestação.
- b) João poderá ser responsabilizado civilmente por suas palavras, mas não responderá penalmente, porque tem imunidade formal.
- c) João poderá ser responsabilizado civil e penalmente por suas palavras, porque a imunidade material do vereador não alcança palavras proferidas fora do município em que exerce o mandato eletivo.
- d) Na situação narrada, João, embora fora de seu município, agiu na qualidade de vereador, porque discursou em evento planejado por seu partido. Assim, estará acobertado por imunidade material e formal.
- e) Vereadores não têm imunidade material e nem formal.

145. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos contidos no artigo 5º da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria, indique a única alternativa que contém informação correta:

- a) A obrigatoriedade do visto de advogado para o registro de atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas fere a liberdade associativa.
- b) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.
- c) É inconstitucional a fixação de segunda chamada em etapa de concurso público em razão de situações pessoais do candidato, porque a impessoalidade e o interesse público devem reger a Administração Pública. Dessa forma, candidatas gestantes não terão direito à remarcação de exame de aptidão física em concurso público.
- d) O exame psicotécnico poderá ser exigido como condição de habilitação de candidato a cargo público, sendo suficiente estar previsto no edital como etapa avaliativa.
- e) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o percentual mínimo de 30% para candidatura de mulheres que deve ser observado pelos partidos políticos quando do registro de candidaturas deve também ser refletido na distribuição de recursos do Fundo Partidário. Na hipótese de o percentual de candidatas, por partido, superar a trinta por cento, a destinação do Fundo Partidário deverá guardar proporcionalidade.

146. O Governo do Estado Alfa ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município Beta, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina XXX, localizada no município. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial que tem

como partes um Estado estrangeiro e um município brasileiro.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Tribunal de Justiça do Paraná.

147. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

148. Sobre a divisão e coordenação de Poderes da República, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Presidente da República, na qualidade de Chefe de Governo, decretar o estado de calamidade pública nacional.
- b) O Poder Executivo tem por função atípica a prática de atos de chefia de Estado, chefia de governo e atos de administração.
- c) Compete ao Poder Judiciário assegurar amparo, proteção ou tutela dos direitos dispostos nas leis e na Constituição, de forma que não pode exercer função legislativa, nem mesmo de forma atípica.
- d) Cabe ao Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional, nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- e) Não há no Estado brasileiro uma rigorosa separação de Poderes, pois o que se divide são as funções típicas do Estado (administrar, legislar e julgar) e essa divisão não é exclusiva, uma vez que um Poder pode exercer a função típica de outro nos casos autorizados pela Constituição Federal.

149. O conceito de Poder Constituinte é fundamental para entender a origem e a estrutura das Constituições. Com base na doutrina e na teoria do Poder Constituinte, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Constituinte derivado é ilimitado e incondicionado, podendo alterar qualquer parte da Constituição, incluindo as cláusulas pétreas.
- b) O Poder Constituinte originário é subordinado ao ordenamento jurídico anterior, devendo respeitar as normas vigentes no momento da sua elaboração.
- c) O Poder Constituinte originário manifesta-se na elaboração de emendas constitucionais, sendo responsável por atualizar o texto constitucional vigente.
- d) O Poder Constituinte derivado reformador é limitado e condicionado, devendo respeitar as cláusulas pétreas e seguir o procedimento estabelecido pela própria Constituição.

e) O Poder Constituinte derivado revisor, previsto na Constituição Federal de 1988, pode modificar o núcleo essencial dos direitos fundamentais sem restrições.

150. Nos termos do art. 205 da Constituição da República, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Considerando o posicionamento doutrinário acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, o artigo acima pode ser classificado como norma de eficácia

- a) Contida, de aplicabilidade direta e imediata.
- b) Limitada, definidora de princípio programático.
- c) Limitada, definidora de princípio institutivo.
- d) Plena, de aplicabilidade direta e imediata.
- e) Limitada, de aplicabilidade direta, imediata e restringível.

151. O Presidente da República foi acusado de crime de responsabilidade, em razão de seus atos atentatórios à Constituição Federal. A traição aos pressupostos constitucionais acarreta a sua responsabilização e pode gerar a perda do cargo. Sobre a responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar que

- a) Qualquer cidadão poderá denunciar o Presidente da República, por crime comum e de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados. A denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo.
- b) Cabe ao Presidente do Senado Federal apreciar o pedido de impeachment e tomar a decisão de receber ou não a denúncia, a partir da análise do preenchimento das formalidades extrínsecas, da legitimidade do denunciante e do denunciado e da narrativa feita, de maneira que poderá promover a imediata rejeição da petição por inépcia ou falta de justa causa.
- c) Da decisão que admite ou não a denúncia contra o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, cabe recurso.
- d) Na Câmara dos Deputados, ocorre apenas a admissibilidade da acusação, a partir da edição de um juízo político, em que a Casa verifica se a acusação é consistente, se tem ela base em alegações e fundamentos plausíveis, ou se a notícia do fato reprovável tem razoável procedência. O processo e o julgamento do Presidente por crime de responsabilidade é de competência do Senado Federal.
- e) Após a admissibilidade da acusação pela Câmara dos Deputados, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções. Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

Simulado ISS Florianópolis (Auditor Fiscal de Tributos Municipais - Auditoria e Fiscalização) - 10/05/2025

152. Determinado servidor público do Poder Executivo Federal teve a sua aposentadoria concedida. Após seis anos da data em que o ato inicial de concessão da aposentadoria chegou à Corte de Contas, o Tribunal anulou a aposentadoria do servidor, devido a incorreções na concessão. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) O ato de concessão inicial da aposentadoria chegou ao Tribunal de Contas há mais de cinco anos, de forma que não poderá a Corte de Contas, com base no princípio da segurança jurídica, anular a aposentadoria.
- b) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular a qualquer tempo os atos administrativos, ainda que estes resultem efeitos favoráveis aos destinatários. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- c) O Tribunal de Contas poderá anular a concessão da aposentadoria do servidor público, desde que o faça até dez anos após a concessão, prazo este estabelecido com base no princípio da segurança jurídica.
- d) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular atos administrativos, desde o faça no prazo máximo de cinco anos, exceto nos casos de concessão de aposentadoria, que podem ser revistos a qualquer tempo. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- e) O Tribunal de Contas poderá anular a aposentadoria, desde que atenda aos princípios da ampla defesa e contraditório.

153. Segundo o *caput* do artigo 5º da Constituição Federal, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, é INCORRETO afirmar que:

- a) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- b) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- d) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio eterno para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- e) Será concedido mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

154. De acordo com a Constituição Federal brasileira, qual dos seguintes princípios NÃO está entre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil?

- a) Soberania.
- b) Dignidade da pessoa humana.
- c) Prevalência dos direitos humanos.
- d) Pluralismo político.
- e) Solidariedade internacional.

155. Nos termos do Art. 18 da Constituição Federal, “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”.

Acerca da organização do Estado, está correto afirmar, EXCETO:

- a) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- b) É vedado aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.
- c) A União é uma Pessoa Jurídica de Direito Público Interno.
- d) É vedado aos Estados subvencionar cultos religiosos ou igrejas.
- e) No âmbito externo, a República Federativa do Brasil representa a União.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

156. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

157. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas das quais decorra valorização imobiliária.
- c) sua receita está vinculada à obra pública realizada.
- d) possui como limite total a despesa realizada.
- e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

158. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.

Simulado ISS Florianópolis (Auditor Fiscal de Tributos Municipais - Auditoria e Fiscalização) - 10/05/2025

II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.

III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos atribuídos aos Estados, e se eles não forem divididos em Municípios, também competirá à União a instituição dos impostos municipais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

159. Entre as situações abaixo, a única que, necessariamente, se submete ao Princípio da Legalidade é:

- a) Redução e restabelecimento de alíquota da CIDE-Combustíveis.
- b) Fixação de alíquota do ICMS-Combustível.
- c) Alteração da alíquota do IOF.
- d) Alteração da alíquota do IR.
- e) Alteração de Prazo de Recolhimento de Tributo.

160. Em relação à legislação tributária, julgue os itens a seguir:

I-) Em relação ao ICMS, resolução do Congresso Nacional, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos congressistas, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.

II-) Segundo o CTN, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas são normas complementares da legislação tributária.

III-) À exceção do ICMS, II, IE e IBS, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica e serviços de telecomunicações.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

161. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) 50% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 29% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados.
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

162. Vige em determinado Município lei que isenta do IPTU imóveis com até cinquenta metros quadrados, em que residam famílias que possuam renda per capita de até R\$ 250,00 mensais. Ainda, para que haja fruição do benefício fiscal, algum membro da família que reside no imóvel deve ter o direito de usar, gozar e dispor desse imóvel. Em março de 2024, devido a grave crise econômica enfrentada pela Administração Pública desse Município, foi publicada uma lei extinguindo tal benefício fiscal.

De acordo com o CTN e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue as afirmações a seguir, indicando a correta.

- a) Revogada a isenção, o tributo torna-se imediatamente exigível.
- b) A lei que extingue a isenção desse tributo entra em vigor apenas no dia 01/01/2025.
- c) A lei começa a vigorar no Município quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- d) O Município deve aguardar 90 dias da publicação da referida lei para que possa haver a exigência da exação.
- e) A referida família não será atingida pela referida lei, pois a isenção concedida em função de determinadas condições não pode ser livremente suprimida.

163. Em relação à obrigação tributária, fato gerador, sujeito passivo e sujeito ativo, julgue os itens a seguir, indicando o **incorreto**.

- a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- b) A Obrigação acessória tem por objeto o pagamento de juros, multas e acréscimos financeiros, enquanto a obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributos.
- c) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- d) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- e) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

164. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.
- II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.
- III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.

e) I e III, apenas.

165. Sobre a responsabilidade tributária, julgue os itens a seguir, indicando o correto.

- a) São solidariamente responsáveis o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- b) São pessoalmente responsáveis as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua fato gerador da obrigação principal.
- c) São solidariamente responsáveis o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.
- d) São pessoalmente responsáveis o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
- e) A interrupção da prescrição a favor de um dos obrigados prejudica aos demais.

166. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

167. Julgue as alternativas a seguir de acordo com o CTN, em relação ao crédito tributário, lançamento e modalidades de lançamento, e indique a correta.

- I-) Quando o lançamento se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada, diz-se que há a retroatividade da lei tributária.
- II-) Quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional sempre ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.
- III-) O CTN prevê expressamente que a competência para constituir o crédito tributário é privativa da autoridade administrativa, razão pela qual essa atividade é indelegável.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

168. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

- I-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a determinar a matéria tributável.
- II-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
- III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

"A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco."

Vale a pena lembrar que com a entrega da declaração tem início o prazo prescricional para cobrança do crédito tributário (caso a entrega seja posterior ao vencimento do tributo) e que o benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

169. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

- I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.
- II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- III-) A concessão da moratória em caráter geral gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
b) I e II.
c) I e III.
d) I, II e III.
e) I.

170. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
b) I e III.
c) II e III.
d) I, II e III.
e) I.

171. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- a) à situação econômica do sujeito ativo.
b) ao erro ou à ignorância inexcusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato.
c) a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso.
d) à diminuta importância da obrigação tributária.
e) ao interesse do sujeito passivo.

172. A sociedade empresária ABDY Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.

- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

Com isso, eliminamos a alternativa "E" e marcamos nosso gabarito (B).

173. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- II-) Desde que ocorra a regular inscrição em dívida ativa, e não sendo reservados bens ao pagamento desta dívida, presume-se como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública.
- III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

174. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

- I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- III-) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

175. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e, sempre, o dos corresponsáveis, bem como, sendo o caso, o domicílio ou a residência de um e de outros.
- b) a maneira de calcular a quantia devida.
- c) a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
- d) a data em que foi extinta.
- e) sempre, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

176. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.
- II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
- III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamentos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

177. Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de recurso administrativo.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

178. São características do Imposto Seletivo, de Competência da União, conforme previsão dada pela Reforma Tributária, exceto: .

- a) incidirá sobre as exportações e sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- b) incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.
- c) não integrará sua própria base de cálculo.
- d) integrará a base de cálculo do IBS.
- e) poderá ter o mesmo fator gerador e base de cálculo de outros tributos.

179. Assinale a alternativa que apresente corretamente uma característica do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços:

- a) Será instituído por meio de Lei Ordinária Federal.
- b) Será instituído por meio de Lei Ordinária Estadual.
- c) integrará sua própria Base de Cálculo.
- d) Lei Complementar definirá sua alíquota de referência, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.
- e) Lei complementar poderá definir como sujeito passivo do imposto a pessoa que concorrer para a realização, a execução ou o pagamento da operação, ainda que residente ou domiciliada no exterior.

180. Conforme dispõe a Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 132/2023, julgue os itens a seguir:

- I-) O produto da arrecadação do IBS e da CBS, incidentes sobre operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, inclusive suas importações, será integralmente destinado ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas do imposto e da contribuição devidos aos demais entes e equivalente elevação da alíquota do tributo devido ao ente contratante.
- II-) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, exceto suas organizações assistenciais e benficiantes.

III-) É possível o Imposto Seletivo ter a mesma Base de Cálculo e o mesmo Fato Gerador do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

181. Conforme prevê a Constituição Federal, em relação às novidades trazidas pela Reforma Tributária, o Sistema Tributário Nacional deve observar diversos princípios, exceto:

- a) da simplicidade.
- b) da transparência.
- c) da justiça tributária.
- d) da economicidade.
- e) da defesa do meio ambiente.

182. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

II-) A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.

III-) Mediante intimação escrita ou verbal, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

183. Conforme regramento constitucional sobre o princípio da não-surpresa, não faz parte das exceções elencadas pelo legislador constituinte para o princípio da anterioridade nonagesimal:

- a) Majoração de alíquota de Imposto de Importação.
- b) Majoração de alíquota de Imposto de Renda.
- c) Instituição de Empréstimo Compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública.
- d) Instituição de Impostos Extraordinários de Guerra.
- e) Majoração de alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados.

184. Em relação aos conceitos, classificações, princípios e imunidades tributários, indique a alternativa correta.

- a) Pode o Presidente da República editar, em caso de relevância e urgência, medida provisória, com força de lei, para instituir imposto sobre grandes fortunas.
- b) A União, os Estados, e o Distrito Federal, poderão instituir, na iminência ou no caso de guerra externa, Impostos extraordinários de Guerra.
- c) Todas as contribuições, sem exceção, sujeitam-se à lei complementar de normas gerais.
- d) Alíquotas "*ad valorem*" são aquelas que incidem sobre uma unidade de medida específica.
- e) Livros digitais e os equipamentos eletrônicos destinados à sua leitura são imunes à incidência de tributos.

Saiba, ainda, que no julgamento do Recurso Extraordinário 330.817/RJ, com repercussão geral reconhecida, ficou decidido pelo Supremo Tribunal Federal que livros eletrônicos e os suportes próprios para sua leitura são alcançados pela imunidade.

185. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

186. A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a união financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedida à União.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

187. Em relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU, indique a alternativa correta.

- a) É inconstitucional a fixação de adicional progressivo do imposto predial e territorial urbano em função do número de imóveis do contribuinte.
- b) O IPTU não pode ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, ainda que conforme critérios estabelecidos em lei municipal.
- c) A adoção do IPTU progressivo no tempo é a última medida a ser tomada pelo Poder Público no caso do não cumprimento da função social da propriedade urbana.
- d) A restrição à utilização da propriedade referente à área de preservação permanente em parte do imóvel urbano afasta a incidência do IPTU.
- e) A partir da EC 29/00, o IPTU não poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.

188. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.
- III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser superiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

189. Em relação ao IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, analise os itens a seguir:

- I-) Será informado pelo princípio da neutralidade.
- II-) Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica.
- III-) Será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação.

São características do IBS o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

190. Com relação ao Comitê Gestor do IBS, analise os itens a seguir:

- I-) Lei complementar poderá prever a integração do contencioso administrativo relativo ao IBS e a CBS.
- II-) A presidência do Comitê Gestor deverá pertencer ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal, nos termos de Lei Complementar.
- III-) O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

191. Qual das opções abaixo descreve corretamente uma característica dos bancos de dados NoSQL do tipo column-family (orientado a colunas), como o Cassandra?

- a) Armazenam dados como documentos JSON, otimizados para leitura de grandes arquivos binários.
- b) Seguem rigidamente o modelo ACID, priorizando a integridade transacional sobre a performance.
- c) Organizam os dados em pares chave-valor simples, sem estrutura interna ou suporte a consultas complexas.
- d) Armazenam dados em linhas e colunas, agrupando colunas relacionadas logicamente, otimizando consultas em larga escala.
- e) Não oferecem suporte a replicação ou particionamento de dados.

192. De acordo com o Teorema CAP aplicado a sistemas distribuídos, qual das combinações a seguir é impossível de ser plenamente garantida simultaneamente em cenários de falhas de rede:

- a) Consistência, disponibilidade e escalabilidade horizontal.
- b) Consistência, partição e durabilidade.
- c) Disponibilidade, tolerância à partição e escalabilidade vertical.
- d) Consistência, disponibilidade e tolerância à partição.
- e) Disponibilidade, integridade referencial e replicação síncrona.

Gabarito: D

193. Durante a modelagem conceitual de um banco de dados, qual dos elementos abaixo é utilizado para representar as propriedades de uma entidade:

- a) Tabelas
- b) Atributos
- c) Relacionamentos
- d) Chaves primárias
- e) Normalizações

194. Qual das opções abaixo representa corretamente uma cláusula de filtragem em SQL:

- a) WHERE salário > 5000
- b) GROUP BY salário > 5000
- c) ORDER salário > 5000
- d) FILTER BY salário > 5000
- e) JOIN salário > 5000

195. Considere duas tabelas: Clientes e Pedidos. Qual tipo de JOIN, comando do SQL, retorna todos os registros da tabela Clientes, junto com os dados correspondentes da tabela Pedidos:

- a) INNER JOIN
- b) RIGHT JOIN
- c) LEFT JOIN
- d) FULL OUTER JOIN
- e) CROSS JOIN

196. Qual é o principal objetivo da normalização em bancos de dados relacionais:

- a) Reduzir o uso de memória RAM no servidor.
- b) Eliminar dados duplicados e garantir integridade entre tabelas.
- c) Aumentar a velocidade de acesso aos dados.
- d) Garantir que cada tabela tenha apenas uma chave primária.
- e) Remover todos os índices automáticos criados pelo sistema.

197. Qual das alternativas descreve corretamente as características essenciais de um Data Warehouse:

- a) O Data Warehouse é integrado, volátil, operacional e não-relacional.
- b) O Data Warehouse é dependente de aplicação, orientado a eventos, e atualizado em tempo real.
- c) O Data Warehouse é orientado por processos de negócio, replicado horizontalmente e com foco em alta disponibilidade.
- d) O Data Warehouse é orientado por assunto, integrado, não volátil e com dados variando ao longo do tempo.
- e) O Data Warehouse armazena dados somente normalizados e projetados para sistemas OLTP.

198. Em Data Mining, qual das técnicas abaixo é mais adequada para identificar grupos naturais de clientes com características similares:

- a) Regressão linear
- b) Classificação
- c) Agrupamento (Clustering)
- d) Regras de associação
- e) Regressão Logística

199. Qual das opções representa corretamente um dos objetivos do uso de ferramentas de BI em uma organização:

- a) Criar interfaces para desenvolvimento de sistemas web
- b) Gerenciar o backup físico de servidores de dados
- c) Fornecer insights para decisões estratégicas baseadas em dados
- d) Proteger dados confidenciais por meio de criptografia avançada
- e) Automatizar a criação de índices em bancos relacionais

200. Considere os tipos de dados manipulados em sistemas de informação (estruturados, semiestruturados e não-estruturados). Qual, das alternativas abaixo, associa corretamente cada tipo de dado ao seu respectivo exemplo:

- a) Estruturado: Arquivo de log textual Semi-estruturado: Planilha Excel com fórmulas Não estruturado: Tabela relacional com chave estrangeira
- b) Estruturado: Tabela de banco relacional Semi-estruturado: Documento XML com esquema opcional Não estruturado: Arquivo de vídeo MP4
- c) Estruturado: Documento JSON com metadados Semi-estruturado: Imagem JPEG com legenda Não estruturado: Planilha CSV
- d) Estruturado: Arquivo CSV Semi-estruturado: Banco de dados relacional sem chave primária Não estruturado: Documento XML bem formado
- e) Estruturado: Vídeo indexado em banco Semi-estruturado: Dados OLAP Não estruturado: JSON com validação de esquema



O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>